

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HANNA ISSA SANTOS BARCELOS

**A PARADIPLOMACIA COMO POTENCIALIZADORA DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DE UBERLÂNDIA - MG**

UBERLÂNDIA

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HANNA ISSA SANTOS BARCELOS

**A PARADIPLOMACIA COMO POTENCIALIZADORA DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DE UBERLÂNDIA - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr Armando Gallo Yahn Filho.

UBERLÂNDIA

2022

HANNA ISSA SANTOS BARCELOS

**A PARADIPLOMACIA COMO POTENCIALIZADORA DO DESENVOLVIMENTO
LOCAL: UM ESTUDO DE CASO DE UBERLÂNDIA - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Universidade Federal de Uberlândia, como parte
das exigências para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Uberlândia, 23 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Armando Gallo Yahn Filho
Universidade Federal de Uberlândia

Profa. Marrielle Maia Alves Ferreira
Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Erwin Pádua Xavier
Universidade Federal de Uberlândia

Agradecimentos

À Deus, pela força e saúde que me permitiram seguir em frente.

Aos meus pais, Lana e Paulo, e meus avós, Dorinha e Mauro, por tudo que têm me dado, pelo incentivo à busca de conhecimento durante todo esse período e pelo apoio incondicional durante esta jornada.

Aos meus melhores amigos, Iasmim, Matheus e Adryel, que me ampararam quando muito precisei, companheiros para todos os momentos.

Aos professores e profissionais desta Universidade, em especial ao Instituto de Economia e Relações Internacionais.

Aos colegas e amigos do GEUCI (Grupo de extensão - Uberlândia no contexto Internacional).

À todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte e me apoiaram durante a minha formação, o meu muito obrigada.

(...) Na sua opinião, o que é mais importante numa cidade?

_ O jardim - respondeu Tistu.

(O menino do dedo verde - Maurice Druon)

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa a paradiplomacia na cidade de Uberlândia - MG, e visa compreender como este fenômeno tem capacidade para fortalecer o desenvolvimento local quando elaborado e aplicado sob o formato de política externa subnacional. A pesquisa se baseia na hipótese de que há necessidade do desenvolvimento de uma política externa municipal anterior à execução de atividades práticas de paradiplomacia para que esta de fato seja capaz de potencializar o desenvolvimento local. Apoiado no método hipotético-dedutivo e no procedimento estudo de caso, inicialmente serão apresentados os conceitos de paradiplomacia e desenvolvimento local como um processo endógeno. Em seguida estes dois assuntos serão correlacionados e concatenados a concepção de política externa municipal estratégica. Por fim, serão apresentados o histórico e análise da atuação internacional semi-passiva do governo local e como a política externa municipal de Uberlândia ainda está sendo desenvolvida, pois as ações paradiplomáticas desenvolvidas pelo governo local de 2009 a 2020 foram pontuais, dispersas e sem um fundamento estratégico, sendo possível identificar indício de consciência da necessidade de conciliar e conectar atividades internacionais com as vocações da cidade, seus objetivos e políticas de médio e longo prazo de forma estratégica, apenas a partir dos programas Inova Uberlândia (2017), Investa (2019) e desenvolvimento da proposta de protocolo de irmanamento para Israel em 2020.

Palavras-chave: Paradiplomacia, Desenvolvimento Local, Política Externa Subnacional, Uberlândia, Minas Gerais.

Abstract: The present academic work has as its object of research the paradiplomacy in the city of Uberlândia - MG, and aims to understand how this phenomenon has the capacity to strengthen local development when elaborated and applied under the format of subnational foreign policy. The research is based on the hypothesis of that there is a need to develop a municipal foreign policy prior to the execution of practical paradiplomacy activities so that it is in fact capable of enhancing local development. Supported by the hypothetical-deductive method and the case study procedure, the concepts of paradiplomacy and local development as an endogenous process will be initially presented. Then these two subjects will be correlated and concatenated to the conception of strategic municipal foreign policy. Finally, the history and analysis of the semi-passive international action of the local government will be presented and how the municipal foreign policy of Uberlândia is still being developed, since the paradiplomatic actions developed by the local government from 2009 to 2020 were

punctual, dispersed and without a strategic foundation, and it is possible to identify evidence of awareness of the need to reconcile and connect international activities with the city's vocations, its medium and long-term objectives and policies in a strategic way, only from the programs Inova Uberlândia (2017), Invista (2019) and development of the proposed twinning protocol for Israel in 2020.

Keywords: Paradiplomacy, Local Development, Subnational Foreign Policy, Uberlândia, Minas Gerais.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABC- Agência Brasileira de Cooperação.

ACIUB - Associação Comercial e Industrial de Uberlândia.

AFEPA- Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

AMVAP- Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba.

ARF- Assessoria de Relações Federativas.

CITIES- Congresso Internacional de Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade.

CLP- Centro de Liderança Política.

CODEN- Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia.

COMTUR- Conselho Municipal de Turismo.

DIT- Comércio Internacional do Reino Unido no Brasil.

FIEMG- Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

JUCEMG- Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

MRE - Ministério das Relações Exteriores.

ONGs- Organizações não Governamentais.

PMTur- Plano Municipal de Turismo.

Sinduscon-TAP- Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

SEBRAE- MG- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais.

SEDEIT- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo.

SEEJ- Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais.

SWOT/FOFA- Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats/ Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

SMAEI- Secretaria Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Aspectos Teóricos e Características da Paradiplomacia	13
3. Aspectos Teóricos e Características do Desenvolvimento Local	20
3.1. Conceito de Desenvolvimento Local	20
3.2. Os Pilares e Estratégias do Desenvolvimento Local	21
4. Desenvolvimento Local e Paradiplomacia - Efeito Potencializador	26
5. Estudo de Caso - A Paradiplomacia de Uberlândia – MG	33
5.1. Análise	51
6. Considerações finais	54
Referências bibliográficas	56

1. Introdução

Pensando no desenvolvimento local como “o maior acesso da comunidade aos meios necessários para se alcançar uma qualidade de vida futura melhor que a atual” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM, 2008, p. 16), os governos subnacionais estão constantemente buscando atender às demandas da comunidade realizando as melhorias necessárias, mas para este investimento precisam de recursos financeiros. O orçamento público tem origem na arrecadação de impostos locais e de verbas recebidas dos governos federal e estadual, contudo nem sempre haverá recursos suficientes para suprir todas as necessidades da comunidade local. A partir desta falta de condições de atuação, as cidades começaram a buscar por soluções alternativas.

Uma das alternativas que vêm sendo cada vez mais exploradas pelos governos subnacionais é a busca por programas, instituições e/ou organizações internacionais que ofereçam recursos financeiros e/ou técnicos para a realização de projetos e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local.

Estas parcerias são realizadas por meio de acordos de cooperação transnacional (cooperação técnica, descentralizada, política, bilateral ou multilateral), participação em redes de cidades, irmanamento entre cidades, e captação de recursos financeiros oferecidos por agências públicas internacionais (SALOMÓN, 2011). Sendo a prática destas ações de âmbito internacional, realizadas por agentes subnacionais, denominada Paradiplomacia, termo cunhado por Panayotis Soldatos (1990) e Ivo Duchacek (1990) e que será melhor apresentado no decorrer deste trabalho.

A busca pelo desenvolvimento local por si só, já é vista como um incentivador à implementação da atividade paradiplomática, pois se acredita que tais práticas gerem benefícios e satisfazem demandas e necessidades locais por meio da obtenção de recursos financeiros, técnicos, materiais, e humanos, o que promove visibilidade internacional, fortalecendo a imagem da cidade como ator relevante (SALOMÓN, 2011).

Devido a estes benefícios, de acordo com Salomón (2011, p. 278), mesmo antes da abertura de escritórios específicos para as Relações Internacionais nas prefeituras brasileiras, as “atividades hoje consideradas paradiplomáticas, (...), vinham sendo desenvolvidas há décadas, embora de maneira dispersa e não coordenada, (...), sem nunca ter sido integradas em uma estratégia mais ampla do próprio governo subnacional”.

De acordo com Salomón (2011), as definições mais amplas da paradiplomacia a definem como:

(...) qualquer ação internacional desenvolvida por um governo subnacional. Não há distinção entre comportamentos meramente reativos ou ad hoc, sem objetivos definidos e não incluídos em qualquer estratégia externa comum a todas as subunidades governamentais, e políticas externas mais estruturadas, que fazem parte de uma atividade planejada (Jones, 1970:11). Em outras palavras, não se leva em conta a distinção entre política externa (plano) e ação externa (mera prática) (White, 1999). Mesmo aceitando o termo “paradiplomacia” como um eufemismo conveniente, não se deve esquecer que este denota a política externa subnacional. (SALOMÓN, 2011, p. 274).

Com base nisso, acredita-se que, para que a paradiplomacia cumpra com o papel de potencializar o desenvolvimento local contribuindo para que o processo seja mais integrado e sistêmico, é necessário que uma política externa subnacional estratégica, seja desenvolvida de acordo com os objetivos de longo prazo do município, previamente à aplicação prática das ações paradiplomáticas. Assim, ações internacionais não serão apenas pontuais e com reflexos imediatistas apenas no curto prazo, mas sim, uma agenda paralela que poderá colaborar com a abertura de oportunidades contínuas para o desenvolvimento. Portanto, o problema de pesquisa deste trabalho é: Como a paradiplomacia sob o formato de política externa subnacional é capaz de potencializar o desenvolvimento local? Logo, para responder a esta pergunta, como objetivo central este trabalho visa entender como o governo local de Uberlândia-MG, tem se preparado para construir uma política externa subnacional, por meio de um estudo de caso.

A escolha deste caso se justifica pelo fato de que, a cidade de Uberlândia teve um projeto de internacionalização iniciado em 2015, a partir da iniciativa de alguns atores, principalmente do setor privado, que se associaram ao Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia 2100 (CODEN), formado por 17 instituições e dividido em quatro eixos de atuação, Governo, Negócios, Sociedade e Academia, para pensar o desenvolvimento da cidade no longo prazo.

O governo local de Uberlândia associou-se como parceiro para contribuir com o processo de internacionalização, e, para cumprir com esse objetivo, a prefeitura buscou ampliar sua atividade paradiplomática (no eixo governo) que até então era a ação internacional local mais fraca comparada aos demais eixos, principalmente porque as ações eram específicas e pontuais e as possibilidades para outras atuações internacionais a partir da paradiplomacia previamente desenvolvida não eram aproveitadas pelo governo local.

Contudo, a cidade possui bastante potencial humano e estrutural, e com o passar dos anos, vem aprimorando-se no processo de construção de uma estratégia. Logo, esta pesquisa irá relatar e analisar esse processo.

Para que isso seja possível, na realização desta pesquisa será realizado um levantamento e análise de bibliografia e documentos, as principais fontes de dados serão referenciais teóricos sobre a paradiplomacia e o desenvolvimento local como dados secundários, e o estudo de caso único, da cidade de Uberlândia - MG. O estudo de caso tem como base documental os dados disponíveis no site da prefeitura da cidade, diário oficial de Uberlândia, sites de jornais locais, regionais e nacionais e os sites de instituições relevantes para o estudo como da Universidade Federal de Uberlândia, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE-MG), Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Paraíba (AMVAP), Visite Uberlândia e Uberlândia 2100 Coden.

Considerando tais procedimentos de pesquisa, indica-se que o método de abordagem aplicado será hipotético-dedutivo, pois, a pesquisa se baseia no pressuposto desenvolvido por Salomón (2011) sobre a necessidade do desenvolvimento de uma política externa municipal anteriormente a execução de atividades paradiplomáticas.

Por fim, o trabalho está dividido em quatro partes, os capítulos 1 e 2 têm como finalidade apresentar conceitos básicos e essenciais para sustentar a hipótese, sendo este o primeiro objetivo específico da pesquisa. O capítulo 1 apresenta uma revisão teórica do conceito de paradiplomacia, e, o capítulo 2, apresenta o conceito de desenvolvimento local, seus pilares, principais iniciativas e estratégias necessárias para atingi-lo. O capítulo 3 se ocupa de relacionar os conceitos apresentados nos capítulos anteriores e responder o segundo objetivo específico, que se refere a explicar como o uso estratégico de atividades paradiplomáticas é capaz de potencializar o desenvolvimento local. Finalizando, o último capítulo apresenta o estudo de caso da cidade de Uberlândia, com o histórico da paradiplomacia desenvolvida de 2009 a 2020 e uma análise demonstrando como a cidade está desenvolvendo uma política externa municipal que ainda não se concretizou em paradiplomacia, pois a política externa municipal está sendo ainda desenvolvida.

2. Aspectos Teóricos e Características da Paradiplomacia

Vários autores discorrem sobre paradiplomacia, este trabalho se baseia na visão de Soldatos (1990) e Salomón (2011). Soldatos (1990) definiu paradiplomacia como a atuação de atores federados, subnacionais no cenário internacional, e foi destacado por ele que, muito antes do lançamento do termo, os agentes subnacionais já realizavam atividades de relações externas ou política externa.

Em 1882, Quebec já mantinha relações com Paris, por exemplo, mas somente nas décadas de 1960 e 1970 que se constata um maior grau de atividade internacional dos atores subnacionais na economia internacional, fazendo assim surgir um novo termo na literatura especializada (SOLDATOS, 1990).

O avanço e a intensificação do processo de globalização contribuiu com a intensificação do movimento transfronteiriço, tornando as fronteiras entre os países cada vez mais porosas e integradas, nos âmbitos econômico, social e/ou cultural, “estimulando relações recíprocas” (VIGEVANI, 2006, p. 128).

O período pós Guerra Fria, é caracterizado por mudanças na dinâmica das relações internacionais, marcadas pela “integração e a fragmentação do sistema internacional”, dando espaço “para novas modalidades de relacionamento entre novos atores internacionais” (ROSENAU, 1997, apud MIKLOS, 2010, p. 12-13), em sua maioria, motivados por questões econômicas.

No caso brasileiro especificamente, devido a crise fiscal agravada na década de 90 e outras demandas do mundo globalizado (ROCHA, 2011), os diferentes atores que compõem a sociedade, como empresas transnacionais, organizações não governamentais (ONG's), movimentos sociais, instituições públicas e privadas, e governos locais, como municípios e estados, vislumbraram oportunidades para solucionar seus problemas e suprir suas necessidades além da fronteira nacional (ROCHA, 2011).

Contudo, Salomón (2011, p. 270), que analisa paradiplomacia sob a lente da Análise de Política Externa, campo “que se ocupa do estudo dos determinantes, dos processos de tomada de decisões e da implementação da política externa e está essencialmente focada no ator ou agente (...)”, indica que, o único ator que pode agir legitimamente em nome de uma cidade é o governo subnacional, ou seja, o município e não as cidades, pois estas não planejam e executam políticas, assim como nenhum outro ator, como empresas privadas, organizações não governamentais e universidades.

Na visão de Salamón, o termo paradiplomacia e sua conceituação básica são insatisfatórios por três razões. Primeiro, pois contribui para com o hábito de tratar diplomacia e política externa como sinônimos; segundo, o termo sugere uma prática que seja inferior, uma imitação da diplomacia tradicional; e terceiro, a definição do termo como qualquer atuação internacional seria muito ampla, visto que,

Não há distinção entre comportamentos meramente reativos ou *ad hoc*, sem objetivos definidos e não incluídos em qualquer estratégia externa comum a todas as subunidades governamentais, e políticas externas mais estruturadas, que fazem parte de uma atividade planejada (Jones, 1970:11). Em outras palavras, não se leva em conta a distinção entre política externa (plano) e ação externa (mera prática) (White, 1999). Mesmo aceitando o termo “paradiplomacia” como um eufemismo conveniente, não se deve esquecer que este denota a política externa subnacional. (SALAMÓN, 2011, p. 274).

Portanto, para Salomón (2011), a paradiplomacia deve ser estruturada como uma política externa municipal, por esta ser formada pelas etapas de planejamento (política externa) e prática (ação externa), e portanto, deve ser aplicada e desenvolvida por atores com capacidade de agência e tomada de decisão em nome da população local.

Todavia, esses atores, por sua vez, voltam-se a atender interesses ligados somente a *low politics* (baixa política), como: educação, cultura, meio ambiente, economia local, mercado de trabalho, desenvolvimento de infraestrutura, saúde, turismo, tráfico de drogas, tecnologia, comércio e investimento, e não de *high politics* (alto política). Ou seja, os governos subnacionais não interferem, nem influenciam em questões relacionadas à estratégia e segurança nacional e internacional, planos econômico e político e, legislação nacional (SOLDATOS, 1990; VIGEVANI, 2006a).

Além disso, Soldatos (1990) também apresenta três grupos de justificativas para a atividade paradiplomática, “Causas Domésticas no nível das unidades subnacionais”; “Causas Domésticas no nível do governo central” e “Causas Externas”.

O campo das Causas Domésticas no nível das Unidades subnacionais ele considera sete características que relacionam-se entre si e levam à paradiplomacia: 1) “Segmentação Objetiva”, que se refere aos determinantes geográficos, culturais, políticos, linguísticos, religiosos ou outros que diferenciem uma cidade das demais, levando ao sentimento de segmentação, o que por sua vez faz com que as elites e população acreditem precisar de uma

atividade externa mais autônoma e direta; 2) “Segmentação perceptiva (eleitoralismo)”, que relacionado a *Segmentação Objetiva*, se refere a percepção de diferenças, sem embasamento na realidade do sistema expressada por meio da pressão política do eleitorado; 3) Os itens 1 e 2 contribuem com o “Regionalismo” e o nacionalismo. Como a unidade subnacional não se sente representada pelo governo central, para suprir seus interesses ela passa a buscar envolvimento internacional direto; 4) “Assimetria de unidades federadas”, que significa o aumento da segmentação quando uma ou mais unidades subnacionais, que possuem mais poder econômico e/ou administrativo possuem maior atuação na formulação e prática de política externa; 5) “Crescimento das unidades federadas”, que ocorre devido a instituições e orçamentos que incentivam as elites subnacionais a buscar novos papéis na política externa; e, 6) “*Me-tooism*”, que significa iniciar a prática da paradiplomacia seguindo os passos de outras cidades já a praticam (SOLDATOS, 1990, p. 44-46).

O campo das Causas Domésticas no nível do governo central por sua vez considera cinco pontos que justificam a busca pela paradiplomacia: 1) “Erros ou insuficiência”, na condução da política externa devido a burocratização, baixa expertise, recursos limitados, entre outras razões; 2) Problemas com o "processo de construção da nação", o que pode dificultar a defesa de um interesse nacional a nível global por meio da política externa, levando assim os atores subnacionais a buscarem a paradiplomacia para defender seus próprios interesses no âmbito internacional; 3) “Lacuna institucional”, que se refere a ausência de instituições federais no governo central que representem os interesses de política externa das unidades subnacionais; 4) A existência de “Incertezas constitucionais” na divisão de competências na área de política externa; 5) A “domesticação da política externa”, que se refere à ênfase dada à política externa em questões de *low-politics* (baixa política) (SOLDATOS, 1990, p. 46-47).

E por fim, o campo das Causas Externas, que apresenta quatro tópicos: 1) “Interdependência Global”, em que devido o crescimento da internacionalização da economia somada à interdependência as unidades subnacionais são afetadas por influências externas especialmente relacionadas a *low-politics*, e tais interações com outros atores e a mobilidade de capital leva estas unidades a recorrerem a paradiplomacia como forma de promover seus interesses particulares; 2) “Interdependência Regional”, que assume duas formas, podendo ter âmbito “micro-regional”, onde proximidade geográfica, interdependência, afinidades culturais e relações econômicas conduzem a paradiplomacia e cooperação internacional transregional ou transfronteiriça. E a interdependência também pode ser “macro-regional”, que apresenta as mesmas características do caso anterior, contudo, se aplica a relacionamento entre atores que

estão distantes, geograficamente falando, por exemplo, quando os atores subnacionais se encontram em países distantes, podendo estar até em continentes diferentes; e, 4) “Envolvimento de atores externos”, que ocorre quando um ator externo encoraja uma relação paradiplomática (SOLDATOS, 1990, p. 48-49).

Portanto, a paradiplomacia pode ser vista como um processo de segmentação de atores e políticas. Esse processo pode assumir uma postura conflituosa, onde não há concordância entre ator central e entes subnacionais, ou cooperativa, racional, em que o governo aceita e/ou apoia as ações dos atores subnacionais, podendo assim coordenar a paradiplomacia ou somente monitorá-la (SOLDATOS, 1990).

Com base nas razões elencadas por Soldatos (1990) percebe-se que as motivações para uma ação internacional subnacional estão relacionadas à busca por suprir demandas locais, que estão em torno das esferas econômica, social, política e cultural. Cada cidade possui suas próprias demandas e isso faz com que cada uma busque atuar nos campos que melhor se adequem ao seu perfil, vocação e necessidades, mas nos casos brasileiros, a principal motivação para busca da paradiplomacia se dá no campo econômico (ROCHA, 2011).

Isso ocorre porque, com o advento da globalização, as cidades e regiões vem se tornando cada vez mais interdependentes e competitivas o que faz com que os atores locais passem a buscar por aspectos que tornem as cidades mais competitivas e atrativas, como por exemplo, abertura de grandes empresas, implementação de avanços tecnológico e inovação que possam gerar diferenciais (FREITAS, 2012).

Além disso, estes processos de integração também são utilizados como estratégias alternativas para atingir o desenvolvimento local (VIGEVANI, 2006a). Contudo, a opção pela paradiplomacia e do modelo de ação específico depende da visão de mundo, valores e interesses presentes na figura dos representantes políticos municipais e/ou regionais. O que justifica o aspecto “*stop and go*” da paradiplomacia brasileira, que de acordo com Vigevani (2006a; 2006b), devido a esse fenômeno a paradiplomacia apresenta momentos de ascensos e descensos. Há momentos na história em que há crescente presença de ações paradiplomáticas e há momentos em que essa presença é decrescente, pois a aplicação dessa estratégia depende dos interesses políticos do governo local, logo há oscilação na aplicação e continuidade do desenvolvimento da paradiplomacia no Brasil.

Apesar disso, as ações paradiplomáticas executadas pelas cidades podem ter cunho econômico, político e cultural, podendo ser desenvolvidas no formato de cooperação multilateral, bilateral, descentralizada, ou não governamental. Tais acordos de cooperação podem também abordar diferentes temáticas, como aspectos econômicos, focando em:

infraestrutura e serviços, relações comerciais (*e.g.* exportações, importações, barreiras comerciais), ajuda financeira, podendo esta ser reembolsável ou não. Ou seja, uma linha de crédito que deverá ser restituída, como um empréstimo, ou uma doação em dinheiro ou aparatos tecnológicos e ferramentas (ROCHA, 2011; VIGEVANI, 2006b).

Um acordo de cooperação também pode ter a característica de ação humanitária, suporte e assistência para situações de risco, como: guerras, conflitos, desastres naturais, epidemias, direitos humanos, questões políticas, migração e refúgio, entre outros. Há também a modalidade de assistência técnica, visando apoiar em habilidades e capacidades técnicas ou cooperação em ciência e tecnologia, transferindo conhecimentos técnicos, intercambiando competências e *know how* (ROCHA, 2011; VIGEVANI, 2006b).

Tais acordos podem ser desenvolvidos em médio ou longo prazo e focam principalmente em interesses locais e territoriais bastante específicos, priorizam principalmente questões econômicas, e as demandas da sociedade civil, o que também condiciona maior participação da comunidade nos projetos com foco no desenvolvimento local (ROCHA, 2011).

No entanto, mesmo que estas ações já estejam mais presentes e disseminadas nos governos subnacionais brasileiros, ainda não são práticas completamente institucionalizadas e previstas por leis.

Embora os municípios sejam autônomos, como é previsto no art 18 da Constituição de 1988: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.” (BRASIL, 2016, p. 25), somente o presidente da república tem competência para celebrar tratados internacionais, e a União, manter relações com outros Estados e Organizações Internacionais: “Art. 21. Compete à União: (...) I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;” (BRASIL, 2016, p. 26) e “Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (...) VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;” (BRASIL, 2016, p. 59-60).

Mesmo os atores subnacionais não tendo competência nem reconhecimento legal para atuarem internacionalmente,

Diante da realidade da paradiplomacia levada a cabo por estados e municípios do país, uma interpretação mais flexível passou a ser amplamente difundida, a de que essas entidades podem fazer relações internacionais,

contudo, os acordos internacionais firmados por elas não teriam validade jurídica (SANTOS, 2010, p. 111).

Logo, há uma demanda de adaptação das normas para abarcar estas ações (SANTOS, 2010).

Ainda não houve uma modificação na Constituição Federal, mas o Itamaraty e o Governo Central já se mostraram mais tolerantes em relação às atividades paradiplomáticas. A primeira atitude do governo federal em relação à paradiplomacia ocorreu no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, que criou uma estrutura para mediar as relações entre o governo federal e atores subnacionais e teve continuidade no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Miklos (2011, p. 86-87) elenca cada uma das ações desenvolvidas pelo governo central:

- 1) A construção do conceito diplomacia federativa e sua implementação como política de Estado, a partir de 1994.
- 2) A criação, em junho de 1997, da Assessoria de Relações Federativas (ARF) do Ministério das Relações Exteriores (MRE).
- 3) A abertura, a partir de 1997, dos Escritórios de Representação Regional do MRE.
- 4) A fusão, em junho de 2003, da Assessoria de Relações Federativas (ARF) e da Assessoria de Assuntos Parlamentares, dando origem à Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA).
- 5) A atuação, a partir de 2003, da unidade da Subchefia de Assuntos Federativos responsável por questões internacionais junto aos governos subnacionais, a formulação do conceito cooperação internacional federativa e sua implementação como política de Estado.
- 6) A criação, em 2003, do setor de Relações Federativas da Embaixada do Brasil em Buenos Aires e a nomeação, em 2004, de um diplomata com mandato específico para cuidar de articulações federativas entre o Brasil e a Argentina.
- 7) Iniciativas recentes de institucionalização da atuação internacional de unidades subnacionais brasileiras por parte do poder legislativo: a elaboração, em 2005, da Proposta de Emenda Constitucional 474/2005, conhecido como a PEC da Paradiplomacia, de autoria do Deputado André Costa; e a elaboração do Projeto de Lei do Senado 98 de 2006, de

autoria do Senador Antero Paes de Barros e modificado pelo Senador Arthur Virgílio.

8) A atuação recente da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) no que diz respeito à cooperação que envolve unidades subnacionais.

O governo central brasileiro passou a considerar e contemplar essa nova temática e atores no campo da política externa, por considerar que são relevantes no processo decisório e, logo demonstrava em seu discurso a intenção de orientar e coordenar tais atividades, assim controlar as pautas de atuação internacional para que estas não viessem a atrapalhar a política externa do governo central (MIKLOS, 2011).

Soldatos (1990) divide a natureza de atuação paradiplomática em dois grupos, “Ação de Cooperação” e “Ação Paralela”. No primeiro caso, as ações do ator subnacional são coordenadas pelo governo central ou são desenvolvidas de forma conjunta. E no segundo, as ações paradiplomáticas de governo são aceitas pelo governo central, podendo ser monitoradas ou não; e quando não há aceitação ou concordância por parte do governo central, verificam-se conflitos entre as instâncias. Logo, percebe-se que a paradiplomacia brasileira, hora pode ser considerada como uma ação paralela, por ser aceita pelo governo central e ter momentos em que é monitorada ou não, sendo necessário frisar que não é caracterizada por ser conflituosa. Mas também se encaixa como uma ação cooperativa, principalmente nos momentos em que houveram maior atuação das instâncias federais orientando os atores subnacionais. Portanto, no caso brasileiro, a paradiplomacia apresentou as duas características, sendo tratada tanto de forma cooperativa, por meio de maior coordenação do governo central em alguns momentos como paralela, sob a circunstância em que o governo central aceitou as ações paradiplomáticas podendo ter monitorado ou não.

3. Aspectos Teóricos e Características do Desenvolvimento Local

3.1. Conceito de Desenvolvimento Local

O conceito de desenvolvimento foi inicialmente relacionado a crescimento econômico e aumento de riqueza, mas mudanças sócio-históricas vêm contribuindo para com a construção de novos significados, como por exemplo o enfoque sustentável e local, adjetivos que influenciam tanto as teorias como também a prática dessa temática (ANDION, 2003).

Ao longo dos anos, o conceito de desenvolvimento vem sendo ressignificado, e,

É preciso lembrar também, como salientam vários autores, o fato de que existe uma distinção clara entre desenvolvimento e crescimento econômico. A noção de desenvolvimento abriga não só a evolução quantitativa da reprodução da riqueza material, mas também as possibilidades de sua melhor distribuição. (SOMEKH, 2010, p. 18)

E a noção de sustentabilidade trouxe uma perspectiva mais ampla e plural, por considerar, além do crescimento econômico, os aspectos sociais, culturais, ambientais, territoriais e políticos. Com isso, o desenvolvimento sustentável apresenta também uma relação e efeito direcionado ao local, já que a dinâmica particular do espaço é formada e influenciada pela “(...) história, a cultura, a territorialidade e as relações de proximidade influenciam no desenvolvimento.” (ANDION, 2003, p. 1046; OKAZAKI, 2007).

O conceito de desenvolvimento adotado é caracterizado pelo adjetivo local, e vale ressaltar que um local pode ser uma cidade, um município, uma comunidade, um bairro, uma região, como também um conjunto de bairros ou de cidades (OKAZAKI, 2007, p. 2). Esta pesquisa irá considerar como local municípios e cidades.

Com município refere-se a “(...) uma divisão administrativa autônoma de um Estado, previsto na Constituição Federal” e, com cidades refere-se a “(...) parte urbana de um município, uma concentração populacional, social e econômica que comporta atividades comerciais, industriais, financeiras e culturais” (OKAZAKI, 2007, p. 2).

Mas muito além de ser um território delimitado, *local* é uma construção identitária a partir de inter-relações pessoais da população como um sujeito ativo (SILVEIRA, 2010; MARTÍR, 1999, apud MARTINS, 2002).

Esse é o principal diferencial do desenvolvimento local, a dimensão humana, o fato de atribuir a comunidade o papel não só de beneficiário mas também agente, atuando desde o planejamento à prática, visando solucionar problemas locais. O desenvolvimento local sob a dimensão humana, supõe o crescimento econômico não como fim, mas como meio, que, ao valorizar o patrimônio tangível e intangível da localidade, ativando e valorizando as competências locais (humanas e estruturais), irá melhorar as condições materiais de vida (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010; OLIVEIRA MARTINS, 2002; PIRES, 2010).

Com base nesta essência, Silveira (2010, p. 49) entende o desenvolvimento local como um processo de "baixo para cima" e de "dentro para fora". Souza-Lima e Oliveira (2007, p.34, apud OKAZAKI, 2007, p. 3-4) também discorrem sobre o conceito "desde baixo", que trata da necessidade de políticas que busquem absorver os recursos humanos, ambientais e institucionais de uma localidade, principalmente por entender que a própria sociedade local é quem melhor conhece suas potencialidade e limitações (OKAZAKI, 2007).

Buarque, conceitua desenvolvimento local como:

(...) um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local. Esse empreendimento endógeno demanda, normalmente, um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. (BUARQUE, 2008, p. 25-26)

Com base nisso, por entender que “(...) o desenvolvimento deve ser promovido onde e por aqueles que se beneficiarão dele.” (OKAZAKI, 2007, p.10), para identificar como a paradiplomacia potencializa o desenvolvimento local, esta pesquisa toma este conceito de Buarque (2008) como base para análise.

3.2. Os Pilares e Estratégias do Desenvolvimento Local

Buarque (2008, p. 27) defende que o desenvolvimento local resulta do processo de interação e sinergia de três elementos essenciais, “(...) *qualidade de vida* da população local - redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos -, a *eficiência econômica* - com agregação de valor na cadeia produtiva - e a *gestão pública eficiente* (...)”. E estes deveriam ser mediados por:

(...) governança - transbordando da base econômica para as finanças e os investimentos públicos -, pela organização da sociedade - orientando as políticas e os investimentos públicos locais - e pela distribuição de ativos sociais -, assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia. (...) (BUARQUE, 2008, p. 27).

Com base nessa inter-relação de elementos, Buarque conclui que as estratégias de desenvolvimento local devem apresentar os seguintes pilares:

(...) organização da sociedade, contribuindo para a *formação de capital social local* (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, *agregação de valor na cadeia produtiva*, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e *reestruturação e modernização do setor público* local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local. Tudo isso associado com alguma forma de distribuição de ativos sociais, principalmente o ativo conhecimento, expresso pela escolaridade e pela capacidade tecnológica. As mudanças que decorrem desses três processos e a sinergia gerada no conjunto do tecido viabilizam o desenvolvimento local de forma consistente e sólida. (BUARQUE, 2008, p. 27).

Ou seja, o desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações complementares. Somando a isso, os autores Albuquerque e Zapata (2010, p. 216-217) discorrem sobre quais iniciativas devem estar presentes no desenvolvimento local, sendo que “(...) a carência ou debilidade em alguns desses componentes pode explicar a fragilidade dessas iniciativas”:

1. Criação de uma institucionalidade para o desenvolvimento econômico local.
2. Fomento de empresas locais e capacitação de recursos humanos.
3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento.
4. Elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento.
5. Cooperação público - privada.
6. Existência de equipes de liderança local.
7. Atitude proativa do governo local.
8. Mobilização e participação dos atores locais.

Importante frisar que estes oito tópicos listados acima apresentam uma relação sistêmica e integrada, portanto não devem ser tratados como assuntos isolados, além de não estarem relacionados somente com o desenvolvimento econômico, mas também com o social e ambiental, preferencialmente pensados de forma sustentável. E como dito anteriormente, a formulação do desenvolvimento local apresenta a característica de ser construída de baixo para cima, ou seja, deve explorar as principais capacidades e potencialidades locais, os recursos endógenos, como, recursos humano, econômicos, tecnológicos, logística, infraestrutura, educação, entre outros, além de levar em consideração o ponto de vista dos principais atores (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010; SILVEIRA, 2010).

Além das potencialidades internas, o desenvolvimento local também recebe influências e pressões externas, tanto positivas como negativas, devido a globalização. Estes elementos podem ser tratados como oportunidades ou ameaças. Caberá aos municípios identificá-las e utilizá-las como fatores dinamizadores. Lembrando que, em cada território o processo interno e a relação com os processos externos se dá de formas diferentes, mas um fator comum é que a partir do momento que um determinado território decide investir no desenvolvimento, os atores devem abandonar as atitudes passivas e buscar valorizar os recursos endógenos (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010; BUARQUE, 2006).

Os processos de desenvolvimento local podem partir da iniciativa de diferentes atores, como empresários, organizações não governamentais, organizações financeiras, organismos de cooperação internacional, liderança política, etc. Mas quando a iniciativa parte de outros atores sociais que não o governo, logo será necessária intervenção e participação ativa do governo local, por ser responsável pelo caráter institucional necessário para o projeto (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

A participação proativa do governo se faz necessária, pois garante uma perspectiva de ações para o médio e longo prazo, diferente dos setores privados que visam o lucro e demais benefícios de forma imediatista. Para mais, como representante da comunidade local, terá como pauta ações que beneficiem a todos, como planejamento urbano, modernização administrativa e da gestão pública, valorização e proteção do meio ambiente, defesa e promoção do patrimônio histórico-cultural, segurança pública, saúde, educação, fomento a cultura empreendedora e inovadora, capacitações para a população, firmar parcerias públicos-privadas, agregando valor econômico ao território, tornando-o mais competitivo e atrativo para investimento privado e para se viver. O que por consequência virá a promover empregos e melhorar a renda e a qualidade de vida da população (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

Ainda assim, há propostas de desenvolvimento que podem estar conectadas a percepções políticas individuais e partidárias, embora não devesse ser assim, pois o progresso do desenvolvimento local supera os ciclos eleitorais. Embora o objetivo geral de todos os atores envolvidos seja o desenvolvimento da cidade, os objetivos específicos de cada grupo podem variar, por estas razões é importante que o processo seja institucionalizado (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

De acordo com Albuquerque e Zapata (2010), essa institucionalização pode se dar por meio de acordos e/ou pactos locais de caráter suprapartidário e com a maior mobilização e participação possível de atores de diferentes setores da comunidade, como representantes civis, políticos, associações de empresários, câmaras de comércio, universidades públicas e privadas, ONGs, centros e laboratórios de pesquisa, sindicatos de trabalhadores, instituições financeiras, entre outros. Ações como essas podem garantir a continuidade dos projetos mesmo diante das mudanças políticas.

A atuação desses atores, a partir do acordo/pacto social pode se dar por meio de redes, que são formas de organização (ANDION, 2003), espaços de conexão não linear entre os diferentes componentes, ou seja, permite múltiplas trocas, apresenta a possibilidade de múltiplos caminhos, é um espaço dinâmico e não hierárquico, com interação horizontal e “(...) se associa à ideia de auto-organização ou autorregulação” (SILVEIRA, 2010, p. 50-51).

Vachon (2001, apud ANDION, 2003) apresenta que as redes permitem maior colaboração entre os atores, que compartilham de reflexões e busca por soluções para problemas comuns de forma colaborativa, além de possibilitar a implementação de um número maior de projetos simultâneos e colaborativos, acelerando assim o desenvolvimento. Mas mesmo sendo um processo horizontal e colaborativo, tanto o pacto social como a rede necessitam que haja uma gerência técnica com profissionais qualificados para atuarem como

facilitadores desse processo de co-construção do desenvolvimento local (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010).

Além disso, após um ator ou um grupo de atores decidir investir no desenvolvimento local, se faz necessário o desenvolvimento de uma estratégia. Sandoval e Silva Lira (2012) apresentam uma metodologia para formulação de estratégias para desenvolvimento local dividida em seis etapas.

O primeiro passo seria, por meio de pesquisas, realizar um diagnóstico para se conhecer a capacidade de desenvolvimento do território em seus diversos âmbitos. Com o diagnóstico, além de identificar os problemas locais, também serão identificadas as potencialidades e vocações, o que se refere à segunda etapa. A vocação pode estar nos “recursos físicos, humanos, econômicos, financeiros, tecnológicos, sócio-culturais e no que hoje se denomina capital social” (SANDOVAL; SILVA LIRA, 2012, p. 8). Sendo também importante frisar que um território também pode redefinir suas potencialidades e vocações, por exemplo, mesmo que uma cidade tenha se firmado com base no agronegócio ao longo dos anos de sua história, não significa que ela precise se manter somente com esse foco (BUARQUE, 2008). A identificação ou definição da vocação é muito importante pois será a base para construção dos objetivos e ações estratégicas (SANDOVAL; SILVA LIRA, 2012).

Na terceira etapa, com base nos problemas que foram elencados anteriormente, deve-se definir os objetivos estratégicos e específicos para cada área temática. De modo geral, o objetivo central costuma ser o mesmo, o desenvolvimento local, e os objetivos específicos irão variar de acordo com cada localidade. Após definir os objetivos deve-se decidir as melhores estratégias para atingi-los, de modo a usufruir ao máximo as potencialidades e minimizar os riscos. Os autores sugerem o uso da matriz de análise SWOT/FOFA, em português, acrônimo para Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (SANDOVAL; SILVA LIRA, 2012).

Com base nas estratégias definidas, o quinto passo será definir políticas, programas e projetos que representarão as atividades a serem desenvolvidas para o alcance dos objetivos. E por último, deve-se desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação do plano, que consiste na formulação de indicadores para avaliação de tudo o que foi definido anteriormente, ou seja, objetivos, estratégias, e atividades, que são as políticas, programas e projetos. É importante que estes indicadores apontem se houve mudanças ao longo do tempo e também em qual grau (SANDOVAL; SILVA LIRA, 2012).

4. Desenvolvimento Local e Paradiplomacia - Efeito Potencializador

Pressionados pela dinâmica da globalização e das inovações tecnológicas, as cidades e municípios apresentavam cada vez mais demandas ao governo central, e este percebeu que não havia condições de atender a todas. Por essa razão, foi iniciado o processo de descentralização da administração pública, onde o governo federal transfere para a administração municipal atribuições e responsabilidades que anteriormente cabiam à União (PERPÉTUO, 2008; ROCHA, 2011; SALAMÓN, 2011), como, garantir segurança pública, emprego, educação de qualidade, proteção do meio ambiente, colaborar com o planejamento urbano, garantir serviços de atenção básica à saúde. Além de promover a cidade, desenvolver uma imagem forte e positiva, e criar condições para aumentar, melhorar e agilizar transações e negociações (CASTELLS; BORJA, 1996). Nestas condições, os governos subnacionais, por estarem mais próximos da comunidade local, possuem maior e melhor capacidade para identificar os principais problemas e recursos disponíveis e definir como serão aplicados (DESSOTTI, 2009).

A partir de diagnósticos, (a primeira etapa da metodologia de Sandoval e Silva Lira (2012) para a construção de uma estratégia de desenvolvimento), é costumeiro identificar que uma das principais necessidades e mais urgentes são os recursos financeiros, por essa razão é muito comum que as cidades iniciem suas atuações internacionais por meio da captação de recursos para investir nos projetos e políticas de desenvolvimento. Contudo, mesmo que as motivações econômicas e financeiras sejam o principal pretexto para se adotar a paradiplomacia, como foi apresentado no capítulo 1, a captação de recursos não é a única forma de se utilizar a paradiplomacia para contribuir para com o desenvolvimento local (ROCHA, 2011; CNM, 2008; CEZÁRIO, 2011).

Como afirmado por Salomón (2011, p. 277):

(...) os principais fatores que explicam o envolvimento direto de governos subnacionais em política externa são as competências que um governo subnacional possui no marco político nacional, sejam ou não garantidas pela Constituição nacional. O fato de os governos subnacionais terem responsabilidades cada vez mais importantes no campo do desenvolvimento a partir dos processos de descentralização tem levado muitos governos subnacionais a desenvolverem suas próprias políticas econômicas, que incluem a atração de investimentos e a promoção comercial

de suas empresas no exterior. Também os tem levado a desenvolver uma agenda de cooperação política e técnica em áreas de sua responsabilidade — como meio ambiente, gestão urbana ou educação —, juntamente com outros atores internacionais, e a buscar recursos de agências internacionais de desenvolvimento ou de projetos sociais.

Ou seja, os governos subnacionais têm buscado outros meios para atender às demandas locais, e assim não dependerem somente do apoio financeiro e estrutural, das políticas e programas generalistas dos governos federal e estadual (OKAZAKI, 2007). Por meio das ações paradiplomáticas as cidades tomam a globalização como oportunidade para inovarem (VIGEVANI, 2006a; VIGEVANI, 2006b; OKAZAKI, 2007).

De acordo com Siqueira (2012), por meio da paradiplomacia é possível dinamizar as relações entre os governos subnacionais e atores internacionais, facilitando e encurtando o caminho para trocas entre estes agentes. Por exemplo, por meio da participação em redes de cidades ou protocolos de irmanamento, constituídos a partir de afinidades culturais, políticas ou econômicas, estabelecem-se acordos para troca de conhecimentos, desenvolvimento e aplicação de projetos que beneficiarão a população de ambas localidades; Parcerias entre o governo local e universidades estrangeiras, que com o conhecimento acadêmico e técnico podem apoiar com, por exemplo, análises e consultorias no momento de formulação, monitoramento e/ou avaliação de projetos e políticas públicas; Parcerias entre o setor público e a iniciativa privada, que podem ser ilustradas tanto com a participação do governo em feiras internacionais, promovendo as potencialidades do território no exterior, como desenvolvendo políticas de fomento à internacionalização e políticas de atração de investimentos. Além disso, parcerias com organizações internacionais também são bastante comuns, elas podem oferecer recursos financeiros tanto no formato de doação como empréstimo, capacitações e recursos técnicos.

Percebe-se assim, que a paradiplomacia pode ajudar os governos subnacionais a ampliarem seu horizonte. Ao atuar paradiplomáticamente os governos subnacionais ampliam sua rede de contatos e parcerias locais e estrangeiras, ao participar de congressos, fóruns e redes de cidades, ampliam também sua perspectiva e repertório sobre diversos assuntos. Mais uma vez voltando a metodologia de Sandoval e Silva Lira (2012), na quarta etapa, no momento de definição das estratégias para o desenvolvimento local, os autores sugerem o uso da análise SWOT/FOFA para garantir o uso máximo das potencialidades e minimizar os riscos. Nessa análise quatro aspectos são analisados, fatores positivos internos (força), fatores

positivos externos (oportunidades), fatores negativos internos (fraquezas) e fatores negativos externos (ameaças), e neste momento, a paradiplomacia pode ser enquadrada como uma oportunidade estratégica.

Em uma rede de cidades, por exemplo, cada ator levará consigo pelo menos uma capacidade endógena e sua vivência, e em conjunto, a partir das trocas de experiências, os representantes poderão encontrar soluções para problemas comuns e projetar planos de ação mais eficazes, que contam com a perspectiva dos erros e acertos daqueles que já aplicaram estratégias similares. Ao fazerem uso de experiências já consolidadas em outras localidades, podem assim reduzir custos e riscos ao adaptar as estratégias de acordo com o contexto e necessidades da sua própria cidade (CNM, 2008; ROCHA, 2011; OKAZAKI, 2007).

Tendo tomado consciência destas oportunidades e benefícios, cresce a busca e preocupação dos governos subnacionais pelo que acontece no ambiente internacional e qual pode ser o seu papel. Como apresentado por Dessotti (2009, p. 16), isso é o “(...) reflexo do fato das cidades se tornarem os agentes do desenvolvimento econômico.”

Estas atuações internacionais não estão restritas somente ao campo econômico ou político, podem ser aplicadas a todas as áreas de atuação que compõem uma cidade e município, como: cultura, meio ambiente, questões sociais, educação, esporte, direitos humanos, habitação e infraestrutura, agricultura, ciência e tecnologia, saúde, segurança, fomento a negócios internacionais, turismo, entre outros.

Esta é uma das explicações de como a paradiplomacia é capaz de favorecer o desenvolvimento local, pois ela pode ser aplicada em todos os campos de atuação, podendo fortalecer as potencialidades já existente ou aprimorar e revelar outras ainda emergentes e que tem potencial, além de contribuir com a ampliação das vantagens competitivas, e projeção política e econômica do território no contexto internacional, o que consequentemente potencializa políticas locais (DESSOTTI, 2009).

Contudo, se há a intenção de aplicar a paradiplomacia para fortalecer o processo de desenvolvimento local, não basta apenas que se identifique um problema, defina quais áreas e vocações serão abarcadas, crie um projeto, programa ou política pública para atingir um objetivo pré determinado, e escolher uma forma de atuação paradiplomática como uma etapa ou meta pontual, por exemplo, a participação de um evento internacional, ou firmar parcerias com diversos atores, iniciativas de captação de recursos financeiros ou técnicos, sem uma estratégia específica bem fundamentada.

De acordo com Salomón (2011), os primeiros estados brasileiros a implementarem um escritório de Relações Internacionais em sua estrutura foram Rio de Janeiro (1983) e Rio Grande do Sul (1987), entretanto,

(...) é importante destacar que a maioria das atividades hoje consideradas paradiplomáticas, como a promoção comercial ou a cooperação cidade-cidade através de acordos de irmanamento, vinham sendo desenvolvidas há décadas, embora de maneira dispersa e não coordenada, por diferentes departamentos ou secretarias dos governos subnacionais, sem nunca ter sido integradas em uma estratégia mais ampla do próprio governo subnacional. (SALAMÓN, 2011, p. 278)

Além das ações paradiplomáticas no Brasil serem dispersas, não coordenadas e não serem vinculadas com a uma atividade planejada do próprio governo subnacional, elas também são caracterizadas pela “lógica do *stop and go*” (VIGEVANI, 2004, apud SALAMÓN, 2011), que foi apresentada no capítulo 1 como a oscilação dos governos subnacionais ao desenvolver a paradiplomacia. Com a mudança de lideranças políticas é possível notar momentos de ascensos e descensos na paradiplomacia, momento em que as estruturas podem desaparecer por completo ou perder força e desacelerar as atividades, sofrer mudança na orientação, ou reaparecer (VIGEVANI, 2006a; VIGEVANI, 2006b; SALAMÓN, 2011).

Como consequência dessa dinâmica, percebe-se que a paradiplomacia, muitas vezes é tratada somente como uma meta dentro de um objetivo, uma atividade específica e pontual, visando apenas resultados imediatos no curto prazo e, considerando a falta de constância no trabalho, nem sempre são elaboradas métricas e parâmetros específicos para monitoramento e análise, e mesmo que ela seja avaliada, não há garantia de que os relatórios serão utilizados para orientar tomadas de decisões futuras devido a, como já foi dito, mudança na orientação política e interesse pelo campo.

Com base no que foi visto até agora, nota-se que as atividades paradiplomáticas detém potencial para contribuir para com o desenvolvimento local em diversas áreas, mas nem todos os governos subnacionais usufruem de todo o potencial que este campo tem a oferecer ao focarem apenas nos resultados imediatistas, além da alternância de governos, uma vez que não há estruturas permanentes que atuam com temas internacionais.

A conexão das ações paradiplomáticas, com os objetivos planejados e de longo prazo do desenvolvimento local municipal, fomentaria um processo de desenvolvimento contínuo, integrado e sistêmico para a comunidade local. Mónica Salomón (2011) defende que, para que isso seja possível a paradiplomacia deve ser integrada, deve fazer parte da estratégia do governo local sob o formato de uma política externa municipal, pois, toda ação externa, toda prática, necessita de um plano, uma política externa. Com base nisso, Salamón (2011, p. 274) afirma que a paradiplomacia “(...) denota a política externa subnacional.”

Nesse ponto, se faz importante apontar que ao indicar a necessidade de uma política externa municipal, não se trata de uma nova modalidade de política externa, e sim uma nova forma no conteúdo e no processo de construção da política pública (HOCKING, 1993, apud AMORIM, 2020), visto que, a paradiplomacia pode ser compreendida como política externa (SALOMÓN; NUNES, 2007; MÉRCHEZ, 2016) e esta pode ser considerada uma política pública (RATTON SÁNCHEZ et al., 2006; MILANI; PINHEIRO, 2013).

A paradiplomacia também não deve ser tratada como política pública comum, mas como uma política pública estratégica, como foi denominado por Yunkler Costa (2014, apud YAHN FILHO, 2019). De acordo com ele, “ainda que toda política pública possa, a certas lentes, ser enxergada como uma estratégia, nem toda política pública é estrategicamente concebida” (COSTA, 2014, p. 31, apud YAHN FILHO, 2019, p. 75).

Costa (2014, apud YAHN FILHO, 2019), ao se basear em Michael Howlett (2009) que define elaboração de política como algo que:

(...) trata fundamentalmente de atores cercados por restrições que tentam compatibilizar objetivos políticos (*policy goals*) com meios políticos (*polycymeans*), num processo que pode ser caracterizado como “resolução aplicada de problemas”. Identificar os problemas e aplicar (por mais imperfeitas que sejam) soluções encontradas (...). (HOWLETT, 2009, p. 5, apud YAHN FILHO, 2019, p. 76),

entende o processo de formulação de política estratégica como algo “que não se restringe a uma decisão, mas é resultado de um conjunto dinâmico de decisões inter-relacionadas que contribuem cumulativamente para um efeito ou impacto (*outcome*)” (COSTA, 2014, apud YAHN FILHO, 2019, p. 76). Já que, a política pública estratégica “surge a partir de um objetivo pré-determinado” (COSTA, 2019, apud YAHN FILHO, 2015, p. 8). “Ou seja, é possível colocar a paradiplomacia como uma prospectiva estratégica, que fortaleça o processo

natural de inserção internacional (...)” (YAHN FILHO, 2015, p. 8) e por consequência também o desenvolvimento local.

A realização de atividades paradiplomáticas, não é o objetivo principal ou um fim a ser atingido pelos governos subnacionais, ela é uma ferramenta estratégica. A sociedade civil identifica problemas e necessidades, cada ator em seu segmento, necessidades que surgem a partir de elementos endógenos e também por influências externas devido ao movimento de globalização. Estes atores, seja de forma individual ou em grupo, apresentam estas demandas ao governo subnacional que irá se mobilizar para atendê-las.

Esse processo normalmente se dá no formato de formulação de políticas públicas, já que estas têm como essência buscar solucionar problemas públicos voltados para um público específico por meio de diretrizes estabelecidas por seus formuladores (COELHO; OLIVEIRA JUNIOR, 2016). Nesse contexto, Secchi (2013, p. 534, apud COELHO; OLIVEIRA JUNIOR, 2016) também descreve política pública como “a diferença entre uma situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública”.

Durante o processo de ideação da resolução de um problema, em que os formuladores e gestores identifiquem e optem pela paradiplomacia como uma ferramenta auxiliar na execução de um projeto ou política pública, estes devem ampliar sua visão sobre o problema que buscam solucionar e também sobre a ação paradiplomática escolhida, olhando para estes como parte de um organismo sistêmico, como um elemento inter-relacionado a outros. Devem buscar entender a origem do problema, quais influências e inter-relações locais, regionais e internacionais existem sobre o assunto a ser tratado e identificar quais ações paradiplomáticas melhor se conectam com as demandas e objetivos em pauta, em diferentes horizontes temporais do plano de desenvolvimento do município, curto, médio e longo prazo.

Assim seria o desenvolvimento de uma política externa subnacional estratégica. É importante considerar que os resultados de uma ação paradiplomática, como por exemplo, um acordo de cooperação entre cidades, mesmo que voltada para um fim específico de curto a médio prazo, possa impactar outros setores positivamente, de forma direta ou indireta, assim como também, possa ser utilizada como um primeiro passo para fortalecer laços, e abrir portas para outras iniciativas, como firmar outros acordos com um mesmo ator ou adquirir credibilidade e visibilidade no ambiente internacional, possibilitando atender outras demandas do processo de desenvolvimento local no longo prazo.

A função da paradiplomacia não é ser somente uma ação pontual, mas uma ativação de oportunidades ao longo do tempo, baseada em ganhos múltiplos para as partes envolvidas. Mas para isso, as escolhas das ações devem ser estrategicamente selecionadas a partir do que

seria a política externa municipal, como uma agenda paralela e complementar às demais políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local (ROCHA, 2011).

Para ajudar a visualizar possíveis conexões e oportunidades futuras que uma ação paradiplomática pode proporcionar, pode-se fazer o exercício de relacioná-la com os três pilares fundamentais para o desenvolvimento local apresentado por Buarque (2006).

Tanto a paradiplomacia quanto o desenvolvimento local são caracterizados por ter como propósito atender a demandas da sociedade, focando nas competências endógenas, tanto humanas como estruturais. Um dos pilares do desenvolvimento local, a “formação de capital social local” trata da organização da sociedade civil de forma institucionalizada, seja como uma rede ou comitê, com ampla variedade de atores e que se mobilizem em conjunto para identificar problemas, soluções, e desenvolver projetos setorizados ou plurais de forma colaborativa.

Essas redes locais, como representantes da sociedade, apresentam seus projetos e demandas para o governo local em busca de apoio, o que por sua vez pode orientar a direção que seguirão as políticas públicas. Para identificar como uma atividade paradiplomática pode integrar e/ou atingir outras áreas, pode-se observar nas próprias redes locais, como diferentes atores/setores se relacionam ou poderiam se relacionar em torno da solução de um problema ou num cenário ideal, e buscar ações internacionais que possam conduzir e/ou contribuir para com esse processo.

Outro pilar do desenvolvimento local é a “agregação de valor na cadeia produtiva” relacionado com a eficiência econômica e crescimento econômico como um meio que valoriza as capacidades internas e melhora as condições de vida da população local. Ao se aplicar a estratégia paradiplomática nesta matéria, impactará a cidade tornando-a mais competitiva e atraente nacional e internacionalmente, isso irá atrair investimentos por meio de, por exemplo, abertura de empresas e filiais, o que por sua vez amplia a geração de emprego, aumenta a riqueza, reduz a pobreza e melhora a qualidade de vida.

Considerando que as estratégias de captação sejam mantidas e adaptadas às vocações e principais interesses de cada momento, um efeito dominó poderá vir a acontecer, onde uma empresa poderá atrair outras, como por exemplo, produtores que buscam se instalar próximo aos seus fornecedores ou fontes recursos materiais naturais ou humanos. Por fim, o último pilar, a “reestruturação e modernização do setor público local” que é fortalecido ao aplicar a paradiplomacia, pois, o exercício da mesma exige estudo e capacitação, logo poderá suscitar o caráter de inovação na gestão pública, capaz de estimular novas iniciativas e conduzir a ganhos em procedimentos, competências e experiência.

5. Estudo de Caso - A Paradiplomacia de Uberlândia - MG

Uberlândia é uma cidade de médio porte, localizada no Triângulo Mineiro, Minas Gerais, considerada um polo de desenvolvimento regional, devido a sua diversidade econômica, com forte atuação nos setores de agronegócio, pecuária, tecnologia, apresenta também uma posição geográfica estratégica, como intersecção comercial entre as capitais do centro e sudeste do país, Brasília, Goiânia, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Essa característica, somada a infraestrutura de transportes, proporcionou a abertura do Entrepasto da Zona Franca em 2010, e que por sua vez contribui para com o alto fluxo comercial e atração de investimentos estrangeiros (YAHN FILHO, 2019).

Em sua trajetória nas Relações Internacionais, Uberlândia apresenta experiências com assinatura de memorandos de entendimento e de acordos de cooperação bilateral, formação de cidades-irmãs, e recebeu visitas de comitês estrangeiros. A primeira atividade paradiplomática identificada dentro do período em análise (2009 – 2020) foi quando representantes da Universidade Federal de Uberlândia e da Prefeitura participaram da delegação que viajou para a cidade de Heze, na China, em 2009 a fim de firmar um acordo que possibilitou avanços em direção à internacionalização da educação. Infelizmente, outras parcerias como essa, entre governo subnacional e a universidade, e também com a China, não foram identificadas. O governo de Uberlândia poderia ter aproveitado essa oportunidade para ampliar sua atuação e assinar acordos de cooperação voltados para outras áreas em potencial. (YAHN FILHO, 2019).

Em janeiro de 2014, a prefeitura de Uberlândia e o governo da Irlanda assinaram um Memorando de Entendimento para criar um vínculo de cidades-irmãs, cujo objetivo era acolher os atletas olímpicos e paraolímpicos irlandeses para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (2016) (YAHN FILHO, 2019).

O documento descreve um acordo entre as partes, informando a escolha dos Comitês Olímpico e Paralímpico da Irlanda por Uberlândia para treinamento em 2016 e determina as obrigações das partes durante o período determinado. “Ao município caberá a viabilização do acesso às estruturas esportivas, planejamento, envio de dados e informações, preparação da cidade e contato com os centros esportivos que poderão sediar as modalidades de treinamento” (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARAÍBA - AMVAP, 2014).

Os primeiros contatos entre as partes ocorreram em março e outubro de 2013, em que por meio de uma parceria com a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas

Gerais (SEEJ), representantes do Comitê Olímpico e Paralímpico da Irlanda visitaram a cidade para conhecer sua estrutura esportiva e demais áreas de apoio, como a rede hoteleira, hospitais e restaurantes (AMVAP, 2014). E em novembro de 2014 uma delegação uberlandense composta pela Prefeitura, Praia Clube, Uberlândia Esporte Clube, Uberlândia Convention & Visitors Bureau e SEBRAE-MG atenderam a uma conferência em Athlone, na região de Dublin, a fim de apresentar as estruturas da cidade para as delegações olímpicas (GE, 2014).

Também voltado à recepção dos comitês na cidade, em junho de 2015, a prefeitura assinou um memorando de entendimento firmando parceria com a Embaixada da Irlanda para apoios técnicos, promoção, cooperação e intercâmbio entre Uberlândia e a República da Irlanda (VISITE UBERLÂNDIA, 2015).

Estes acordos, além de seus objetivos específicos, também visavam contribuir para com a visibilidade nacional e internacional da cidade nos setores de esportes, educação, tecnologia, negócios e promoção de eventos. A atitude proativa do governo local em responder aos interesses dos atores estrangeiros pela cidade, e a mobilização e participação de outros atores locais foram essenciais para que essas parcerias fossem firmadas.

Estes três primeiros acordos assinados pela prefeitura de Uberlândia, mesmo que pontuais apresentaram elementos de

(...)

2. (...) capacitação de recursos humanos.

3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento.

(...)

5. Cooperação público - privada.

(...)

7. Atitude proativa do governo local.

8. Mobilização e participação dos atores locais. (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010, p. 216-217).

A prefeitura também poderia ter utilizado estes acordos como ponto de partida para se aproximar ainda mais da Irlanda e ampliar sua atuação internacional e trocas em outras áreas como meio ambiente, já que Dublin é conhecida por investir em sustentabilidade e na qualidade de vida da população, ou inovação de negócios em tecnologia, logística e agronegócios. Assim como no setor de educação, com intercâmbios entre universidades e

programas de capacitação de mão de obra especializada, contudo, tais práticas não foram identificadas (YAHN FILHO, 2019).

Iniciado esse processo de contato da prefeitura com o exterior, e considerando a já existente e forte atuação do setor privado neste campo, em 2015, a partir da iniciativa do empresário Luiz Alberto Garcia e de Panayotes Emmanuel Tsatsakis, representante do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (Sinduscon-TAP), foi organizado um evento para se discutir ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da cidade de Uberlândia no longo prazo, o Fórum Uberlândia 2100. As temáticas discutidas e propostas elencadas receberam o apoio e parceria do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Uberlândia 2100 - CODEN Uberlândia 2100, para o planejamento estratégico e execução (G1, 2015).

Desse modo, a partir do Fórum Uberlândia 2100 e do CODEN, iniciou-se o processo de internacionalização da cidade. Ainda em 2015, o SEBRAE-MG desenvolveu um diagnóstico do estágio da internacionalização de Uberlândia com base no estudo de Panayotis Soldatos e na tese do Prof. Dr. Armando Gallo Yahn Filho, além da realização de uma análise do perfil econômico e comercial da cidade para assim redigirem um projeto de internacionalização (UBERLÂNDIA 2100 CODEN, 2018).

Neste estudo, a paradiplomacia pública, realizada pela Prefeitura de Uberlândia, foi indicada como o fator mais fraco na análise da internacionalização, entre todos os analisados, recebendo dois pontos numa escala de zero a dez (UBERLÂNDIA 2100 CODEN, 2018). O que demonstrava um posicionamento mais passivo do governo em relação a ações internacionais, mesmo que até aquele momento algumas parcerias e acordos já haviam sido firmados. Além disso, as iniciativas no campo das relações internacionais ocorriam principalmente por meio do setor privado, como a organização de um evento para pensar e planejar o futuro da cidade e o desenvolvimento de um projeto de internacionalização, que partiram da mobilização de atores da sociedade civil.

Iniciado o processo de internacionalização no âmbito do CODEN e sob liderança do SEBRAE-MG, a prefeitura, como parceira e membro da rede, passou a definir metas de curto, médio e longo prazo para melhorar a contribuição da paradiplomacia pública, sendo válido ressaltar que o envolvimento e as ações sob o formato de políticas públicas, por parte da prefeitura, são essenciais para que o processo seja sustentável.

Em 2016, os membros do CODEN criaram o Comitê específico para a Internacionalização de Uberlândia.

A meta do então Presidente Executivo do CODEN, Dilson Dalpiaz Dias – um engenheiro mecânico, com experiência em políticas públicas e MBA pela Harvard Business School – era avançar no processo de internacionalização municipal, “pressionando” a Prefeitura de Uberlândia a exercer um papel mais ativo” (YAHN FILHO, 2019, p. 92)

Em dezembro de 2016, Odelmo Leão, prefeito eleito para o mandato 2017-2020 convidou Dilson Dalpiaz Dias, o Presidente-Executivo do CODEN naquele momento, para assumir o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo. O novo secretário reestruturou esta Secretaria, incluindo um setor para tratar das Relações Internacionais Municipais e buscou ampliar a interação entre o governo municipal e as demais instituições que faziam parte do Comitê de Internacionalização do CODEN (YAHN FILHO, 2019). Dilson Dalpiaz Dias se manteve como secretário até dezembro de 2018 (UBERLÂNDIA-MG, 2018b) e o cargo foi assumido por Raphael Messias Leles, que se manteve na secretaria até abril de 2020 (G1, 2020).

Prosseguindo com o objetivo de ampliação da atuação internacional do governo local, em 2017, iniciaram-se as negociações de um acordo bilateral entre Uberlândia e o Reino Unido. O acordo aborda as áreas de Cidades Inteligentes, Energias Sustentáveis, Internacionalização de Negócios Locais, Mobilidade, Modernização de Gestão Hospitalar e Educação Internacional (G1, 2017).

Entre as ações que podem ser executadas a partir da parceria estão o desenvolvimento de pesquisas para tornar a cidade mais inteligente, a identificação de oportunidades para parcerias público-privadas, o fomento do ensino de inglês e do uso de energia e a identificação de mercado britânico para pequenas empresas do município (G1, 2017).

Não foram identificados mais detalhes sobre esse acordo, quais atividades foram desenvolvidas e seus resultados, mas dentre as iniciativas de Albuquerque e Zapata (2010, p. 216-217), havia potencial para atender ao:

- (...)
- 2. Fomento de empresas locais e capacitação de recursos humanos.
- 3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento.
- (...)

5. Cooperação público - privada.
- (...)
7. Atitude proativa do governo local.
8. Mobilização e participação dos atores locais.

Em 2017, Uberlândia também recebeu a visita de Aurora Rossi, representante do governo italiano como cônsul da Itália em Belo Horizonte, que se reuniu com o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo, Dilson Dalpiaz, no intuito de indicar interesse do governo italiano em elaborar projetos de cooperação, memorandos de entendimento, intercâmbios comerciais, dentre outras ações bilaterais (O JORNAL DE UBERLÂNDIA, 2017b). Contudo, além desta reunião não foi identificado nenhum outro encontro ou acordo desenvolvido entre as partes.

A nível local, a prefeitura assinou acordo cooperação técnica com o SEBRAE-MG, a fim de receber apoio no processo de execução de diagnóstico, consultoria, investimento, e desenvolvimento de projetos voltados para o apoio ao empreendedorismo local (DIÁRIO DE UBERLÂNDIA, 2017). Foi realizada a segunda edição do Fórum Uberlândia 2100, agora com o foco específico na internacionalização da cidade e região (O JORNAL DE UBERLÂNDIA, 2017a), e a primeira edição do Congresso Internacional de Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade (CITIES) , evento voltado para o desenvolvimento de negócios principalmente ligados a inovação, no qual foram ministradas palestras por representantes nacionais e estrangeiros, houve o encontro com embaixadas e prospecção de novos negócios (CEZARINO et al., 2019, apud SEYFRIED, 2020).

Ações como esta, em que se apoia e sedia eventos de grande porte, além de fomentar atração de novos negócios, contribui com a inserção e reconhecimento internacional em inovação e tecnologia e também com o turismo de negócios, que está entre as vocações da cidade (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2019c).

Visando também o desenvolvimento, com foco em tecnologia e empreendedorismo, novas vocações estabelecidas para caracterizar a cidade, em 2017 a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo (SEDEIT) estabeleceu o Programa Inova Uberlândia, sancionado pela Lei Complementar nº 629, de 7 dezembro de 2017:

Art. 1º Fica instituído o Programa Inova Uberlândia, destinado a fortalecer a competitividade na oferta de serviços de tecnologia e outros correlatos, fomentar o desenvolvimento de empresas de base tecnológica e incentivar a

geração e ampliação de postos de trabalho, mediante a concessão de incentivos fiscais em polos e micro polos de tecnologia e serviços, podendo haver a disponibilização de áreas públicas, nos termos de que trata esta Lei (UBERLÂNDIA-MG, 2017, p. 1).

Esta lei foi alterada em 2019 pela Lei Complementar nº 682 e como parte do programa, além de incentivar o empreendedorismo com base tecnológica, também criou o Polo Tecnológico Sul. Este contempla uma área de 152.845 m², dividida em 30 lotes para empresas e dois lotes para serviços de apoio. Em março de 2020, foi lançado o primeiro edital para o processo licitatório de 15 lotes, e as empresas aprovadas receberão incentivos fiscais, como subsídio e isenção de imposto (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2021a).

Os objetivos a serem atingidos por esse programa são:

- I - contribuir para o desenvolvimento econômico e social de Uberlândia e região, a partir da atração e consolidação de investimentos e negócios em atividades de base tecnológica;
- II - incentivar a criação de um ambiente de produção tecnológica, caracterizado pela presença de micros, pequenas, médias e grandes empresas na área de tecnológica em um mesmo local geográfico;
- III - auxiliar no desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado;
- IV - incentivar o intercâmbio de ideias capazes de fomentar o desenvolvimento de atividades de base tecnológica;
- V - contribuir para o aumento da competitividade das empresas por meio de aumento do valor agregado pela inovação em produtos e serviços, bem como pelo desenvolvimento de novos negócios;
- VI - incentivar a cooperação entre Governo, Empresa e Academia;
- VII - promover o adensamento da cadeia produtiva nas áreas de atuação dos micropolos e polos tecnológicos, buscando o fortalecimento de empresas de base tecnológica de diversos portes nos aspectos ligados à gestão empresarial, oferta de mão-de-obra qualificada, modernização de infraestrutura e acesso a fundos de investimento;
- VIII - contribuir para o aumento da taxa de sobrevivência de empresas de base tecnológica;
- IX - promover o fortalecimento do ecossistema empreendedor de base tecnológica do Município e região;

X - consolidar a inserção do Município de Uberlândia no cenário internacional de inovação e tecnologia com a finalidade de promover novos negócios. (UBERLÂNDIA-MG, 2017, p. 1-2).

Analisando tais objetivos, podemos identificar que, com esse projeto, o governo de Uberlândia consegue atingir seis das oito iniciativas que Albuquerque e Zapata (2010, p. 216-217) afirmam serem necessárias no processo de desenvolvimento local, são elas:

- (...)
- 2. Fomento de empresas locais e capacitação de recursos humanos.
- 3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento.
- 4. Elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento.
- 5. Cooperação público - privada.
- (...)
- 7. Atitude proativa do governo local.
- 8. Mobilização e participação dos atores locais.

Por meio desse projeto a prefeitura está investindo nas potencialidades tecnológicas locais e gerando oportunidade para empresas se instalarem, se capacitarem e exportarem fatores de produção. Assim também estarão elevando as oportunidades sociais, a visibilidade e a competitividade da cidade, o que por sua vez contribuirá para com o aumento de empregos disponíveis e melhora na qualidade de vida da população local.

Ao analisar os objetivos do Programa, nota-se que apenas o décimo objetivo aborda a internacionalização da cidade, a fim de promover novos negócios, mas não indica qual estratégia será utilizada para realizar a inserção internacional. Neste objetivo identifica-se a possibilidade de aplicação de paradiplomacia, assim como nos objetivos I, IV e VI.

O desenvolvimento de uma paradiplomacia estruturada abordando captação de investimentos estrangeiros e cooperações internacionais, parcerias e intercâmbios, somariam recursos aos investimentos locais e as trocas de conhecimento e expertises entre instituições nacionais, o que poderia ampliar os resultados e a margem de ganhos esperados.

Seguindo a ordem cronológica das atividades internacionais do governo subnacional, no início de 2018, Uberlândia foi a primeira cidade de Minas Gerais a assinar um acordo de cooperação internacional com o Reino Unido abordando as áreas de tecnologia, cidades inteligentes, energias renováveis e internacionalização de negócios (G1, 2018a). As negociações foram iniciadas em agosto de 2017 com a visita do côsul britânico Thomas

Nemes à cidade mineira. A escolha de Uberlândia se deu devido ao seu ambiente propício e em conformidade com os interesses britânicos, como, apresentar uma economia diversificada composta por serviços, comércio e agroindústria (G1, 2017; FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG, 2018).

Dentre as atividades a serem executadas tem-se:

Estabelecer o compartilhamento de boas práticas para desenvolvimento de pesquisas, produtos e soluções em ciência, tecnologia, inovação e sustentabilidade direcionadas à qualificação dos municípios enquanto cidades inteligentes e humanas;

Valorizar o capital humano e do conhecimento, por meios formais e informais, presencialmente ou virtualmente mediante comunicação e trocas de boas práticas entre os participantes;

Estreitar o relacionamento entre as administrações públicas dos participantes por meio da promoção de atividades e/ou eventos técnico-científicos relacionados aos temas em negociação com periodicidade anual;

Definir entendimentos sobre propostas de possíveis marcos regulatórios e de critérios de financiamento para Parcerias Público-Privadas (PPP's) em áreas prioritárias correlacionadas a projetos de aplicação de tecnologias aos serviços públicos e mobilidade urbana;

Identificar oportunidades de internacionalização e mercado para negócios locais em setores prioritários e estratégicos, em especial, ao fomentar e impulsionar setores econômicos de micro e pequenas empresas (G1, 2018a).

O acordo bilateral foi firmado com vigência prevista para 2020, com possibilidade de prorrogação (FIEMG, 2018), todavia o texto integral do acordo não foi encontrado no diário oficial. Por meio de pesquisas em jornais virtuais e no website da prefeitura da cidade não foi identificada uma atualização do acordo, assim como também não foram identificadas quais atividades foram desenvolvidas e seus resultados.

Aproveitando a presença do cônsul britânico na cidade, na mesma data de assinatura do acordo bilateral, a FIEMG Regional Vale do Paranaíba, em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo de Uberlândia e o Ministério do Comércio Internacional do Reino Unido no Brasil (DIT) promoveram o seminário “Oportunidades de Negócios e Parcerias entre Uberlândia e o Reino Unido”, com o objetivo de apresentar dados sobre o ambiente de negócios no Reino Unido, como abrir uma empresa,

e quais seriam as melhores estratégias de internacionalização para esse mercado, (O JORNAL DE UBERLÂNDIA, 2018) a fim de incentivar o processo de internacionalização.

Com essa aproximação entre o governo local e o Reino Unido e com base nos objetivos da cooperação, as iniciativas voltadas ao desenvolvimento local identificadas são:

(...)

3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento.

4. Elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento.

5. Cooperação público - privada.

(...)

7. Atitude proativa do governo local.

(...) (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010, p. 216-217)

Aqui, percebe-se também como a paradiplomacia foi aplicada de modo a conectar áreas entendidas como vocação da cidade e necessárias para o desenvolvimento local, tecnologia, mobilidade urbana, e inovação sob o viés da sustentabilidade. Contudo, esta ação paradiplomática não surgiu a partir de uma necessidade e demanda local e como elemento colaborativo de um projeto de desenvolvimento local, mas por iniciativa de um ator externo que identificou potencialidades e oportunidades.

Ademais, em setembro de mesmo ano, o SEBRAE-MG coordenou e sediou um *workshop* para tratar de estratégias para a internacionalização da cidade onde foram apresentadas diversas palestras abordando diferentes áreas de atuação (G1, 2018b).

Além disso, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo instituiu o programa de estratégia municipal de atração de investimentos por meio do Decreto Nº 17.704, de 31 de julho de 2018, segundo o qual:

Art. 1º Fica instituído o programa Estratégia Municipal de Atração de Investimentos, com a finalidade de articular órgãos e entidades da Administração Pública Municipal para a promoção de um ambiente simplificado, eficaz e favorável à atração de novos investimentos do setor privado, bem como para a expansão daqueles já existentes.

Art. 2º O programa Estratégia Municipal de Atração de Investimentos tem os seguintes objetivos:

I – propor a criação de melhorias no fluxo de atendimento de demandas relacionadas à instalação de novos investimentos no Município de Uberlândia;

II – avaliar e, se necessário, propor melhorias e atualizações pertinentes na legislação municipal que tenha relação com a abertura de novas empresas, ou novas filiais daqueles existentes no Município de Uberlândia, especialmente no que se refere às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, visando à promoção de um ambiente institucional e normativo favorável à promoção de novos e expansão de investimentos na municipalidade;

III – identificar oportunidades de atuação diferenciada por parte dos órgãos e entidades municipais em relação a outros Municípios, no que seja pertinente à abertura de novas empresas e filiais e de cadastros municipais de todo gênero, emissão e liberação de alvarás e outros atos relacionados a licenciamentos que sejam necessários para o regular exercício da atividade empresarial;

IV – propor medidas visando à desburocratização dos procedimentos municipais relacionados à abertura e licenciamento de empresas;

V – propor a instituição de políticas de incentivo e fomento para atração de novos investimentos privados para abertura de novas empresas e expansão daqueles já existentes no Município de Uberlândia;

VI – propor parcerias a ser firmadas entre o Município e a iniciativa privada no sentido de viabilização de áreas empresariais na forma da lei;

VII – realizar estudos técnicos, quando entender necessário; e

VIII – identificar e propor soluções à entaves e procedimentos internos que comprometam o atendimento célere de demandas relacionadas à liberação de alvarás para empresas de qualquer porte. (UBERLÂNDIA-MG, 2018a, p. 1-2).

Com esse decreto foi identificado:

(...)

3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento.

4. Elaboração de uma estratégia territorial de desenvolvimento.

5. Cooperação público - privada.

(...)

7. Atitude proativa do governo local.

(...) (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010, p. 216-217).

Diferente do Programa Inova Uberlândia, que visa fortalecer e fomentar especificamente empresas de base tecnológica, este Decreto não especifica um segmento, mas também visa promover a atração de investimentos do setor privado por meio da simplificação dos processos burocráticos necessários. Outra diferença está no fato de que o decreto não apresenta um objetivo para tratar de oportunidades internacionais, o que indica como os esforços do governo para internacionalização da cidade estão concentrados para o campo do empreendedorismo em tecnologia e inovação. Mas isso não impede que outros setores possam buscar a internacionalização, e se os líderes locais observarem seu repertório de atuação podem complementar e fortalecer as ações do decreto utilizando da paradiplomacia para ampliar a captação de recursos e empresas além da fronteira nacional.

Outro projeto com foco em desenvolvimento local que foi elaborado em 2018 foi o Programa Municipal de Desenvolvimento de Novos Negócios Rurais - Novo Agro, desenvolvido pela Secretaria de Agropecuária, Abastecimento e Distrito, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo, e instituído por meio da Lei nº 12.996/2018. Este programa visa, por sua vez,

(...) potencializar negócios rurais já existentes e implantar novos empreendimentos rurais, gerando emprego, renda e melhoria da qualidade de vida da população rural. As ações desenvolvidas são focadas na produção e a comercialização de negócios rurais nas áreas de agricultura de pequeno porte, agroindústrias de pequeno porte, avicultura caipira, agroecologia, aquicultura, turismo rural e gastronomia de identidade local. (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2021b).

Dentre os objetivos desse programa destaca-se o auxílio aos empreendedores, estímulo à capacitação técnica, incentivo à inovação e geração de empregos, incentivo à regularização dos pequenos produtos, valorização das comunidades locais e conservação do patrimônio histórico e natural local (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2021b). O que, por sua vez, enquadra-se no campo do desenvolvimento endógeno, por focar na valorização dos recursos e potencialidades locais, e contribui com o pilar de eficiência econômica do desenvolvimento local além de apresentar:

(...)

2. (...) capacitação de recursos humanos.

3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento.

(...)

7. Atitude proativa do governo local.

8. Mobilização e participação dos atores locais. (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010, p. 216-217).

Este programa também não indica a aplicação de ações internacionais, mas a prefeitura também poderia enriquecê-lo com atividades paradiplomáticas estratégicas, a fim de potencializar a capacitação técnica desse setor firmando acordos e parcerias com cidades e/ou instituições com *know-how* que poderia contribuir com trocas de conhecimento sobre estratégias para a valorização das comunidades locais e conservação do patrimônio histórico e natural.

Dando continuidade ao apoio às áreas de inovação e tecnologia, a partir de uma ação colaborativa entre prefeitura de Uberlândia, o setor privado, instituições de ensino e a sociedade civil surgiu o projeto UberHub, um ecossistema de inovação, tecnologia e empreendedorismo, com a finalidade de disseminar a cultura empreendedora, qualificar mão de obra especializada, tornar Uberlândia reconhecida no cenário da inovação nacional e atrair investimentos e negócios (UBERHUB, 2018).

Para contribuir com a qualificação e formação de profissionais qualificados, em 2018 surgiu também o UberHub Code Club, projeto de ensino de programação e desenvolvimento de software realizado pelo Instituto UberHub Educação e pelo UberHub (UBERHUB CODE CLUB, 2020). Com base em Albuquerque e Zapata (2010, p. 216-217), este projeto contribui para o desenvolvimento local por contemplar as iniciativas de:

(...)

2. Fomento de empresas locais e capacitação de recursos humanos.

(...)

5. Cooperação público - privada.

6. Existência de equipes de liderança local.

(...)

8. Mobilização e participação dos atores locais.

Este é um projeto com potencial para parcerias internacionais que podem surgir por iniciativa da direção do próprio projeto, como também por meio de empresas privadas que são parceiras, e pela Universidade, ou poderia ser uma ação estratégica do governo local para reforçar seu posicionamento proativo no processo internacionalização da cidade apoiando essa potencialidade local, além de ser um caminho para a atração de investimentos estrangeiros, que é, a propósito, o décimo objetivo do Programa Inova Uberlândia.

Por meio da paradiplomacia estratégica, a prefeitura poderia traçar acordos de cooperação com instituições que podem ser parceiras do Uberhub tanto no desenvolvimento de tecnologias como em programas de apoio à educação e abrir portas para intercâmbio tecnológico, possível abertura de empresas estrangeiras ou investimento estrangeiro em projetos sediados no Uberhub. A partir de um acordo, aspirando capacitação técnica, ou troca de conhecimento por meio da instituição, pode-se proporcionar oportunidade para outros acordos mais amplos e até destacar a cidade no radar nacional e internacional do empreendedorismo em tecnologia e inovação.

Ao final de 2018, Dilson Dalpiaz encerrou seu trabalho como Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo (UBERLÂNDIA-MG, 2018b) e o cargo foi assumido por Raphael Messias Leles (G1, 2020), que deu continuidade ao processo de internacionalização da cidade, focando na atração de novos negócios nacionais e internacionais.

Com base neste objetivo específico a prefeitura lançou o projeto Invista que propõe ações para captar investimentos, dentre estas estão melhorias em infraestrutura, como por exemplo, mobilidade urbana, o portfólio bilingue (português e inglês), “Vem Viver Inovar Investir”, impresso e digital e um vídeo institucional que divulga as principais conquistas, atributos e oportunidade que a cidade tem a oferecer, além de ser um meio de tangibilizar o processo e o interesse pela internacionalização, e ser um material para ser distribuído e divulgado em embaixadas, consulados, feiras e encontros de negócios, oferecido a autoridades e representantes de empresas e instituições (G1, 2019; PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2019c; DIÁRIO DO COMÉRCIO, 2019).

Como consequência do trabalho exercido para atração de investimentos, em junho de 2019, Uberlândia recebeu a visita do embaixador de Israel, Yossi Shelley. O objetivo da visita era “prospectar parcerias e oferecer investimento, além de trocas tecnológicas e comerciais” (DIÁRIO DE UBERLÂNDIA, 2019). Contudo, não foi identificado se alguma parceria foi de fato firmada a partir desse contato.

Neste mesmo ano, a prefeitura de Uberlândia, juntamente com outras seis gestões municipais foi escolhida para participar da “Missão Colômbia”. Projeto desenvolvido e financiado pelo SEBRAE-MG que levou representantes destas sete prefeituras para Medellín e Bogotá, para conhecer as políticas públicas com foco em empreendedorismo desenvolvidas no país vizinho. A Missão foi composta por reuniões com prefeitos e representantes das duas cidades colombianas, visita a embaixada brasileira e encontros com representantes de instituições renomadas no campo do empreendedorismo (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2019b).

Tratando agora de Uberlândia como destino turístico, em 2019 o Ministério do Turismo divulgou o resultado da Pesquisa da Demanda Turística Internacional no Brasil, que foi desenvolvida em 2018, e Uberlândia se destacou como a segunda cidade de Minas Gerais a receber maior quantidade de turistas estrangeiros, estando atrás somente de Belo Horizonte. De acordo com a pesquisa, Uberlândia recebeu “6,2% de todas as viagens de negócios, eventos e convenções realizadas por estrangeiros em Minas Gerais” e na categoria “outros motivos”, que considera também o lazer como objetivo turístico, a cidade também ocupou o segundo lugar (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2019a).

Como dito anteriormente, o turismo de negócios está entre as vocações da cidade e, como investimento nesse setor, em prol do desenvolvimento, a SEDEIT elaborou juntamente com o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o novo Plano Municipal de Turismo (PMTur), com estratégias e ações definidas para o período de 2020 a 2023 (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2020a). Na implementação do PMTUR deverão ser seguidos os seguintes pilares:

(...) para o setor turístico:

- Captação de Eventos e de Recursos Financeiros;
- Capacitação Profissional;
- Fortalecimento do Turismo de Negócios;
- Promoção do Turismo Rural, Cultural, de Entretenimento, Religioso e Gastronômico;
- Estímulo à Comercialização e Prospecção do Destino;
- Fortalecimento da Infraestrutura Urbana e Turística;
- Consolidação do Sistema de Atendimento ao Turista (Priorizar o melhor atendimento ao turista em consonância com a atuação e atribuição da sociedade;

· Estímulo à Geração de emprego e renda associada a Indústria do Turismo.
(UBERLÂNDIA-MG, 2020a, p. 409)

Além disso, como indicado na Lei 7.951, de 5 de Março de 2002,

Art. 2. Compete ao Conselho Municipal de Turismo:

I – estabelecer diretrizes para o trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de promover a infra-estrutura necessária à implantação do turismo;

II – propor resoluções ou instruções regulamentares necessárias ao pleno exercício de suas funções, bem como modificações ou supressões de exigências administrativas ou regulamentares a fim de facilitar as atividades do turismo;

III – estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do Município, a fim de contar com dados necessários para um adequado controle técnico;

IV – promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo;

V – apoiar, em nome da Prefeitura Municipal de Uberlândia, a realização de congressos, seminários e convenções, de relevante interesse para o implemento turístico do Município;

VI – implementar convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais de turismo, com o objetivo de proceder a intercâmbios de interesse turístico;

VII – propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas;

VIII – implantar, regulamentar e administrar o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;

IX – desenvolver demais atividades afins. (UBERLÂNDIA-MG, 2020a, p. 406-407)

Quanto às iniciativas para o desenvolvimento local, o PMTur e o COMTUR atendem

a:

(...)

2. Fomento de empresas locais e capacitação de recursos humanos.

3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento.

(...)

5. Cooperação público - privada.

6. Existência de equipes de liderança local.

7. Atitude proativa do governo local.

(...) (ALBUQUERQUE E ZAPATA, 2010, p. 216-217).

E em relação a aplicação de paradiplomacia, no PMTur não há indicativos do uso de recursos internacionais, mas nos dois primeiros tópicos indentifica-se oportunidade de aplicação de atividades paradiplomáticas, como por exemplo, ações voltadas à captação de recursos estrangeiros e cooperações internacionais com a finalidade de intercâmbio de boas práticas e capacitações, que potencializariam o processo. E, quanto ao COMTUR, o 6º objetivo aponta em direção a aplicação de paradiplomacia para intercâmbios entre instituições, e estas trocas podem abordar diversos assuntos pertinentes ao desenvolvimento do turismo local e capacitação dos atores envolvidos, e o 7º objetivo também permitiria utilizar da paradiplomacia, ao aproveitar do potencial de instituições internacionais com parcerias para financiamento de projetos.

Devido ao investimento em políticas e projetos para estímulo da qualidade de vida, desenvolvimento urbano, empreendedorismo, infraestrutura, saúde e educação ao longo dos anos, (fatores que por sua vez aumentam a confiança dos empreendedores no potencial da cidade), Uberlândia vem apresentando progresso na atração de investimentos e abertura de novos empreendimentos. Em 2017, surgiram 2.273 novas empresas na cidade e em 2018 foram 2.823, de acordo com os dados divulgados pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) (AMVAP, 2019).

E em 2020, foi lançado o Ranking de Competitividade dos Municípios, desenvolvido com base em pesquisa de dados até 2019, realização da organização suprapartidária Centro de Liderança Política (CLP) em parceria com a plataforma de tecnologia em gestão pública Gove e o SEBRAE. O ranking analisa as áreas de “Instituições”, “Sociedade” e “Economia”. No ranqueamento geral, Uberlândia está colocada no 33º lugar, e na dimensão “Economia”, está em 30º lugar. Restringindo a análise a comparação entre as cidades mais populosas de Minas Gerais, Uberlândia é a segunda mais competitiva e na região Sudeste ocupa a 27ª posição (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2020b).

Ao final do ano de 2020, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo e a Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento e Distritos

tiveram suas ações concentradas e se tornaram a Secretaria Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação (SMAEI) (UBERLÂNDIA-MG, 2020b).

Art. 2º A Secretaria Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação, em consonância com as diretrizes estratégicas de governo, tem por finalidade planejar, organizar, desenvolver, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar políticas de fomento e apoio e ações setoriais referentes ao encadeamento de setores produtivos e às atividades de agronegócio, desenvolvimento do meio rural e dos Distritos, abastecimento e inspeção e ao desenvolvimento sustentável do Município de Uberlândia, competindo-lhe:

I – formular as políticas do Município relativas ao desenvolvimento econômico, geração de emprego, inovação, agronegócio, abastecimento, inspeção e Distritos, através de ações que signifiquem o fomento a empreendedorismo, à indústria, ao comércio e ao agronegócio, bem como à prospecção, identificação e criação de oportunidades locais, nacionais, internacionais de negócios, promovendo a atração de investimentos para o Município e o estímulo à instalação e manutenção de empreendimentos na municipalidade; (...) (UBERLÂNDIA-MG, 2020b, p. 1).

De um total de 41 objetivos, 18 são voltados especificamente aos setores agrícola e rural; oito objetivos focam em atender aos distritos de Uberlândia, com projetos da área social, cultural e esportiva, turismo rural, ecológico e religioso, urbanização e geração de empregos; oito atendem aos setores de industriais, comerciais, e apoio aos empreendedores; um objetivo trata especificamente de projetar Uberlândia no cenário estadual, nacional e internacional. Apresenta também um objetivo geral e um voltado pesquisa e inovação; e os quatro objetivos finais tratam das atividades necessárias para a execução de todos os tópicos (UBERLÂNDIA-MG, 2020b).

Observando o próprio nome da nova secretaria: “Secretaria Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação (SMAEI)”, percebe-se a junção da gestão das principais vocações da cidade sob um mesmo guarda-chuva, e observando as atividades que pretendem executar, o principal foco está no setor de agronegócio, com o total de 18 objetivos específicos.

Quanto às atividades mais recentes voltadas à paradiplomacia, a prefeitura divulgou em dezembro de 2020 que está desenvolvendo uma proposta de protocolo de intenções de Cidade-Irmã para Israel, a fim de se apoiarem em áreas estratégicas para desenvolvimento.

No mesmo mês, o embaixador brasileiro em Israel, general Gerson Menandro Garcia de Freitas participou de um *webinar* do projeto Inovando Uberlândia. No evento, o prefeito Odelmo Leão apontou a pesquisa pioneira que o município vem desenvolvendo sobre a utilização do pó de basalto, o que foi colocado como “um novo marco no agronegócio brasileiro”, atribuindo relevância ao agronegócio na estratégia local, mas também demonstrou abertura para protocolos nas áreas de “mobilidade urbana, sustentabilidade, educação básica, cultura, saneamento básico, e esporte paralímpico”, além do agronegócio. Na reunião participaram também representantes de empresas, universidades, centros de pesquisas e associações, foram apresentados os resultados do projeto até aquele momento, assim como também quais serão as próximas etapas (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG, 2020c).

O projeto Inovando Uberlândia se trata de uma iniciativa da ACIUB em parceria com a embaixada do Brasil em Israel. O projeto prevê ações para o triênio 2021/2023 com o objetivo específico de construir relações e interações nos setores econômicos relevantes para as partes, “apresentação de produtos e serviços, atração de investimentos e identificação de parcerias estratégicas para transferência de tecnologia e *know-how*” (GA COMUNICAÇÃO, 2020; ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE UBERLÂNDIA - ACIUB, 2021).

Mesmo não sendo um projeto do governo local, compõe as iniciativas de ações internacionais da cidade e contribui para com o desenvolvimento local ao atender ao:

(...)

2. Fomento de empresas locais e capacitação de recursos humanos.

3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento.

(...)

5. Cooperação público - privada.

6. Existência de equipes de liderança local.

(...)

8. Mobilização e participação dos atores locais (ALBUQUERQUE; ZAPATA, 2010, p. 216-217).

Quanto à paradiplomacia especificamente, a prefeitura ter indicado que está desenvolvendo uma proposta de protocolo de intenções de Cidade-Irmã para Israel e ter

apresentado esta intenção a um embaixador é muito relevante, pois indica um maior grau de proatividade do governo local, sendo também uma ação mais significativa que a maioria dos acordos de cooperação anteriores, em que o governo recebeu propostas, identificou relevância e oportunidades e as aceitou. Agora, o governo de Uberlândia ascendeu um degrau ao propor um protocolo abordando as principais vocações da cidade e elementos presentes nas políticas e projetos que estão sendo desenvolvidos em prol do desenvolvimento local, sendo um indício de que o governo de Uberlândia está desenhando uma política externa municipal estratégica.

5.1. Análise

Assim como na maioria dos casos brasileiros, a atuação paradiplomática da cidade de Uberlândia é motivada por interesses econômicos, e a maioria das ações em busca do ambiente internacional partiram de atores do setor privado, empresas atuando individualmente ou por meio de redes e/ou associações como o CODEN e a ACIUB. Pois estes atores começaram a buscar por aspectos que tornassem a cidade e conseqüentemente seus empreendimentos mais competitivos e atrativos.

Todavia, mesmo que as primeiras atuações tenham surgido a partir de interesses privados, o governo subnacional se inseriu no processo de internacionalização da cidade como parceiro, a fim de apoiar e suprir esta e demais demandas correlacionadas e também para tentar institucionalizar o processo.

Sob o aspecto da cooperação internacional na paradiplomacia, de 2009 a 2020, foram identificadas sete iniciativas de contato com outros países, quatro resultaram em acordos assinados e destes, em dois casos, o interesse e as iniciativas partiram dos atores estrangeiros e não do governo local de Uberlândia. Dos outros dois, não foi encontrado conteúdo suficiente em jornais, no website institucional da prefeitura e no diário oficial para apontar de qual parte veio a iniciativa. Ocorreram duas visitas de representantes de outros países, mas que não resultaram em acordos, e o último caso se trata da indicação de intenção de um protocolo de cidades-irmãs, a única proposta em que há fontes indicando que a iniciativa partiu do governo local. Portanto, percebe-se que o governo de Uberlândia apresentou uma atuação internacional semi-passiva na maior parte do tempo, pois não tomou as iniciativas internacionais em primeira mão, mas não foi totalmente passivo por mobilizar-se para atender as demandas e oportunidades que surgiram.

Esta característica se dá também devido a natureza “*stop and go*” da paradiplomacia brasileira, em que as ações do governo local voltadas para a paradiplomacia dependem da

visão de mundo, valores e interesses dos representantes políticos. Nesse ponto foi possível notar que a primeira vez em que um setor específico para relações internacionais foi criado dentro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo, em Uberlândia, foi na gestão de Dilson Dalpiaz como secretário, e sabe-se que ele se interessava e valorizava o assunto pois liderava também a câmara técnica de internacionalização do Coden além da sua experiência profissional como consultor de negócios. Além disso, o biênio 2017-2018, em que Dilson Dalpiaz esteve a frente da secretaria, foram identificadas mais atividades voltadas à inserção internacional do que no biênio 2019-2020, sob a liderança de Raphael Leles como secretário.

Todavia, o contato mais recentes com Israel indica que o governo está cada vez mais proativo em indicar seus interesses e se inserir no ambiente internacional. E a presença da ação paradiplomática de atração de investimentos estrangeiros em alguns programas e políticas também indica que o governo está cada vez mais ciente da relevância da paradiplomacia e consciente da necessidade de conciliar e conectar as ações no ambiente internacional com as vocações da cidade, seus objetivos e políticas de médio e longo prazo, de forma estratégica.

Nos vários projetos e políticas, foram identificadas várias das iniciativas que Albuquerque e Zapata (2010, p. 216-217) indicam como essenciais para o desenvolvimento local e percebe-se como a paradiplomacia, independente da quantidade de ações desenvolvidas e do responsável, é capaz de contribuir positivamente. Dentre os objetivos de alguns programas e políticas públicas, há tópicos específicos focando na atração de investimentos nacionais e internacionais, e essa modalidade de ação paradiplomática é capaz de potencializar parte da iniciativa “2. Fomento de empresas locais (...)”, e as iniciativas “3. Coordenação de programas e instrumentos de fomento” e “7. Atitude proativa do governo local”. Contudo, se além de visar somente a captação de investimentos, as lideranças ampliassem sua visão para outras possibilidades, poderiam adicionar outras ações paradiplomáticas que potencializariam outras iniciativas, como por exemplo, a segunda parte da iniciativa “2. (...) capacitação de recursos humanos”, sendo que parcerias e acordos para intercâmbio de técnicas, estratégias e expertises com especialistas internacionais também trariam grandes ganhos a todos os envolvidos; e no item “5. Cooperação público - privada”, além das parcerias a nível local poderiam ser adicionados parceiros estrangeiros por meio da cooperação internacional, o que contribui para com *know-how*, credibilidade e visibilidade dos projetos.

Mesmo assim, o fato da ação paradiplomática de atração de investimento ter sido adicionada nos programas e políticas de desenvolvimento sob o formato de um objetivo específico, além de indicar interesse e compromisso para aplicação da paradiplomacia, indica também que o governo da cidade de Uberlândia vem desenhando uma política externa municipal, ao lançar o programa Inova Uberlândia (2017), o projeto "Invista - Vem Viver, Inovar e Investir" (2019), e o novo Plano Municipal de Turismo (PMTur) (2020), com elementos de políticas públicas estratégicas.

A política externa municipal de Uberlândia ainda está sendo construída, e até este momento não tem o aspecto de uma agenda paralela às políticas públicas locais, assim como ainda não se concretizou em paradiplomacia (prática), pois a política externa municipal (estratégia) está sendo ainda desenvolvida, mas já apresenta indícios da capacidade de potencialização do desenvolvimento, contribuindo para que este seja mais integrado e sistêmico.

Os programas citados anteriormente, por exemplo, foram desenhados a partir de decisões e vocações inter-relacionadas (empreendedorismo, tecnologia e inovação, agronegócio, e turismo), para atingir o objetivo central de desenvolvimento local a partir destas habilidades endógenas. E ao conectar a paradiplomacia com os pilares de desenvolvimento local e as ações tomadas pelo governo de Uberlândia, percebe-se que, quanto ao primeiro pilar, “formação de capital social local” que se trata da organização da sociedade civil de forma institucionalizada, a prefeitura buscou apoiar as demandas das redes locais, como o CODEN, e a partir das demandas dos setores de negócios, passou a implementar ações voltadas à internacionalização no seu planejamento, como a atração de investimentos.

Para o segundo pilar, “agregação de valor na cadeia produtiva”, os programas voltados à inovação e que apresentam intenção de captação de investimentos estrangeiros vem contribuindo para com a melhora das condições de vida da população local, ao incentivar e facilitar o empreendedorismo na cidade, mas destaca-se também que a presença estrangeira nos projetos, por meio da paradiplomacia, ainda é muito fraca e pode ser melhor explorada. E por fim, no âmbito do terceiro pilar, “reestruturação e modernização do setor público local”, a aplicação da paradiplomacia na cidade vem estimulando novas iniciativas e conduzindo a ganhos de experiência em procedimentos e competências em negociações, inovação, adaptação às demandas globais e cooperação.

6. Considerações Finais

Esse trabalho pretendeu entender, como a paradiplomacia contribui para o desenvolvimento local sob o viés endógeno, e por meio do estudo de caso da cidade de Uberlândia – MG apresentar como o município vem desenhando uma política externa subnacional. Para atingir essa compreensão, esse trabalho primeiramente apresentou os conceitos de paradiplomacia, política externa municipal e desenvolvimento local.

Inter-relacionando estes três conceitos foi possível concluir que a paradiplomacia, tomada como uma ferramenta estratégica, um meio e não um fim por si só, é capaz de potencializar o desenvolvimento local, pois leva a amplificação de perspectivas e oportunidade para além da fronteira nacional, independe do setor em que é aplicada, desde que integrada a uma estratégia ampla do próprio governo subnacional, sob o formato de uma política externa municipal, como indica a hipótese desta pesquisa.

Contudo, esta hipótese não foi confirmada pelo estudo de caso desenvolvido, pois ao aplicar todos estes conceitos e inferências ao caso de Uberlândia, a análise permitiu constatar que ações paradiplomáticas foram pontuais e não vinculadas a um plano de longo prazo do próprio governo subnacional apresentaram um carácter disperso e não coordenado, com resultados ineficientes. Logo Uberlândia não apresenta uma política externa subnacional.

As ações manifestaram potencial para impacto positivo sobre o desenvolvimento local, mas estes foram pontuais, e o próprio governo, por não ter planejado o uso da paradiplomacia e de seus resultados ao longo do tempo, não aproveitou as janelas de oportunidade abertas, como por exemplo, pelos acordos com Irlanda e Reino Unido, acordos que, mesmo apresentando um prazo de validade, previam a possibilidade de renovação, mas isso não foi feito e, outros acordos com estes atores não foram assinados.

Mas os programas Inova Uberlândia (2017) e Invista (2019), foram constituídos a partir da inter-relação de diferentes decisões sobre as áreas-vocações da cidade, a fim de contribuir para com a internacionalização e desenvolvimento local, e apresentam a ação paradiplomática de atração de investimento como um objetivo específico, um elemento estratégico para apoiar, fortalecer e potencializar os objetivos centrais de cada projeto e apoiar a inserção internacional. O que indica como a paradiplomacia, caso esteja ativa durante todo o período de execução dos projetos, como uma agenda paralela, pode potencializar o desenvolvimento ao integrar diferentes áreas e atores da comunidade local e global, sistematizando as relações, ações e resultados. Estes elementos somados ao fato do governo local ter desenvolvido uma proposta de protocolo de irmanamento para Israel também

apresenta indícios para o início do desenvolvimento de uma política externa municipal estratégica e, espera-se que os líderes políticos estejam atentos ao processo, percebam e saibam aproveitar as melhores oportunidades que essa estratégia é capaz de proporcionar para a cidade.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Francisco; ZAPATA, Tania. Importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial no Brasil. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (orgs.) **Políticas para o desenvolvimento local**. São Paulo: Perseu Abramo, 2010. p. 211-225.

Disponível em: <<https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>> Acesso em: 10 maio 2021.

ALMEIDA, Felipe Cordeiro de. O Mercosul, a paradiplomacia e as políticas nacionais para atuação dos governos subnacionais no processo de integração regional. In: **3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011**, 3., 2011, São Paulo. Proceedings online. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200008&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 17 mar. 2021.

AMORIM, Tiago Scher Soares de. **Paradiplomacia no Brasil: os casos do Estado da Bahia e do Município de Salvador e a política externa subnacional**. 2019. Dissertação (Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31897>>. Acesso em: 01 de ago. de 2021

ANDION, C. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 37, n. 5, p. 1033 a 1054, 2003. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6512>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARAÍBA - AMVAP. **Uberlândia e Irlanda assinam Memorando de Entendimento para Jogos 2016**. Uberlândia, 2014. Disponível em: <<http://www.amvapmg.org.br/1/uberlandia-e-irlanda-assinam-memorando-de-entendimento-para-jogos-2016/>>. Acesso em: 25 de out. de 2021.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VALE DO PARAÍBA - AMVAP. **Uberlândia tem o melhor resultado para abertura de empresas dos últimos 5 anos**. Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://www.amvapmg.org.br/1/uberlandia-tem-o-melhor-resultado-para-abertura-de-empresas-dos-ultimos-5-anos/>>. Acesso em 28 de out. de 2021.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE UBERLÂNDIA - ACIUB. **Projeto Inovando Uberlândia promove reunião sobre Health Tech com empresas israelenses**.

Uberlândia, 2021. Disponível em: <<https://www.aciub.org.br/2021/06/02/projeto-inovando-uberlandia-promove-reuniao-sobre-health-tech-com-empresas-israelenses/>>. Acesso em 29 de out. de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 26 abril 2021.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, n. 45, p. 152-166, 1996.

CEZÁRIO, Gustavo de Lima. **Atuação Global Municipal: Dimensões e Institucionalização**. Confederação Nacional dos Municípios – Brasília: CNM, 2011.

COELHO, D. B; OLIVEIRA JUNIOR, M. M. A internacionalização de empresas na agenda governamental contemporânea de desenvolvimento: reflexões críticas e analíticas para os negócios internacionais. **Cadernos EBAPE.BR**. FGV. Rio de Janeiro, v. 14, p. 527-550, 2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS - CNM. **Atuação Internacional Municipal: Estratégias para Gestores Municipais Projetarem Mundialmente suas Cidades**. Confederação Nacional dos Municípios – Brasília: CNM, 2008.

DESSOTTI, F. R. Cooperação Descentralizada: Uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local. In: **5º Congrès de l'Institut Franco-Brésilien d'Administration des Entreprises - IFBAE**, 2009, Grenoble. 5º Congrès de l'Institut Franco-Brésilien d'Administration des Entreprises - IFBAE, 2009. Disponível em: <https://ifbae.s3.eu-west-3.amazonaws.com/file/congres/2009_B0084.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2021.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Uberlândia lança projeto “Invista” com anúncio de licitações para mobilidade**. Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/economia/uberlandia-lanca-projeto-invista-com-anuncio-de-licitacoes-para-mobilidade>>. Acesso em: 28 de out. de 2021.

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA. **Município assina acordo de cooperação com Sebrae.**

Uberlândia, 2017. Disponível em:

<<https://diariodeuberlandia.com.br/noticia/14803/municipio-assina-acordo-de-cooperacao-com-sebrae>>. Acesso em: 22 de out. de 2021.

DUCHACHEK, I. (n.d.). Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in international relations. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis. (Org.).

Federalism and International Relations: the role of subnation units. New York: Oxford University Press, 1990.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FIEMG.

Uberlândia é a primeira de Minas a ter acordo bilateral junto ao Reino Unido.

Uberlândia. 2018. Disponível em: <<https://www7.fiemg.com.br/regionais/vale-do-paranaiba/noticias/detalhe/uberlandia-e-a-primeira-de-minas-a-ter-acordo-bilateral-junto-ao-reino-unido>>. Acesso em: 25 de out. de 2021.

FREITAS, Diego Henrique Goulart de. **As redes de cidades como alternativa viável de inserção internacional: a experiência de Belo Horizonte na rede Mercocidades e no ICLEI.** 5f. Trabalho de conclusão (bacharelado Relações Internacionais). Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

G1 – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. **‘Fórum 2100’ discute planejamento de Uberlândia nos próximos 85 anos.** Uberlândia, 2015. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/04/forum-2100-discute-planejamento-de-uberlandia-nos-proximos-85-anos.html>>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

G1 - TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. **Acordo facilitará parcerias público-privadas entre Uberlândia e o Reino Unido.** Uberlândia, 2017. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/acordo-facilitara-parcerias-publico-privadas-entre-uberlandia-e-o-reino-unido.ghtml>>. Acesso em 25 de out. de 2021.

G1 - TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. **Uberlândia assina acordo de cooperação internacional com Reino Unido.** Uberlândia, 2018a. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/uberlandia-assina-acordo-de-cooperacao-internacional-com-reino-unido.ghtml>>. Acesso em: 02 de out de 2021.

G1 - TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. **Estratégias para projetar Uberlândia no exterior são discutidas durante evento.** Uberlândia, 2018b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2018/09/27/estrategias-para-projetar-uberlandia-no-exterior-sao-discutidas-durante-evento.ghtml>>. Acesso em: 26 de out. de 2021.

G1 – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. **Prefeitura de Uberlândia lança projeto econômico para atrair investimentos nacionais e internacionais.** Uberlândia, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2019/02/20/prefeitura-de-uberlandia-lanca-projeto-economico-para-atrair-investimentos-nacionais-e-internacionais.ghtml>>. Acesso em: 25 de out. de 2021.

G1 - TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. **Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo deixa o cargo em Uberlândia.** Uberlândia, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/04/04/secretario-de-desenvolvimento-economico-e-turismo-deixa-o-cargo-em-uberlandia.ghtml>>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

GA COMUNICAÇÃO. **Aciub inicia projeto para transformar Uberlândia em um hub de inovação e negócios, em parceria com Israel.** Uberlândia, 2020. Disponível em: <<https://gacomunicacao.com.br/2020/11/20/aciub-inicia-projeto-para-transformar-uberlandia-em-um-hub-de-inovacao-e-negocios-em-parceria-com-israel/>>. Acesso em: 29 de out. de 2021.

GE – TRIÂNGULO E ALTO PARANAÍBA. **Delegação de Uberlândia visita Irlanda para tratar das Olimpíadas de 2016.** Uberlândia, 2014. Disponível em: <<http://ge.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2014/10/delegacao-de-uberlandia-visita-irlanda-para-tratar-das-olimpiadas-de-2016.html>>. Acesso em: 25 de out. de 2021.

MÉRCHER, Leonardo. **Paradiplomacia do Rio de Janeiro: variáveis explicativas à política externa de uma cidade.** 2016. Tese (Pós-Graduação em Ciência Política). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://depsec.unifap.br/intranet/arquivos/arq6599.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2020.

MIKLOS, M. S. **A inserção internacional de unidades subnacionais percebida pelo Estado Nacional: a experiência brasileira.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas). UNESP, UNICAMP e PUCSP. São Paulo, 2010.

MIKLOS, M. S. Diplomacia federativa: o Estado brasileiro e a atuação internacional de suas Unidades Constituintes. **Revista Carta Internacional**, v. 6, p. 83-100, 2011. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/26/13>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MILANI, Carlos RS; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto internacional**, v. 35, p. 11-41, 2013.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/cint/a/Dy6zLys78XTnTV8YFkY9ZJJ/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 21 ago. 2021

O JORNAL DE UBERLÂNDIA. **Coden realiza a 2ª edição do Fórum Uberlândia 2100**. Uberlândia, 2017a. Disponível em:

<<http://www.ojornaldeuberlandia.com.br/2017/05/03/coden-realiza-2a-edicao-forum-uberlandia-2100/>>. Acesso em: 28 de out. de 2021.

O JORNAL DE UBERLÂNDIA. **Cônsul da Itália visita Uberlândia e conversa sobre acordos bilaterais**. Uberlândia, 2017b. Disponível em:

<<http://www.ojornaldeuberlandia.com.br/2017/12/07/consul-da-italia-visita-uberlandia-e-conversa-sobre-acordos-bilaterais/>>. Acesso em: 28 de out. de 2021.

O JORNAL DE UBERLÂNDIA. **Uberlândia sediará seminário internacional para aproximar empresas e instituições da região do mercado britânico**. Uberlândia, 2018.

Disponível em: <<http://www.ojornaldeuberlandia.com.br/2018/02/20/uberlandia-sediara-seminario-internacional-para-aproximar-empresas-e-instituicoes-da-regiao-do-mercado-britanico/>>. Acesso em 28 out 2021.

OKAZAKI, Thalita M. Sugisawa. O Desenvolvimento Local Através das Relações Internacionais: A questão da paradiplomacia. In: **1º Encontro Nacional Associação Brasileira de Relações Internacionais**. Brasília, 2007. Disponível em:

<http://www.abri.org.br/anais/1_Encontro_Nacional_ABRI/Teoria_das_Relacoes_Internacionais/TRI1_Thalita_M_Sugisawa_Okazaki.pdf>. Acesso em: 24 mai. de 2021.

OLIVEIRA MARTINS, S. R. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. **Interações (Campo Grande)**, v. 3, n. 5, 29 fev. 2002. Disponível em:

<<https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/issue/view/52>>. Acesso em: 05 mai 2021.

PERPÉTUO, Rodrigo de Oliveira. Governos locais e desenvolvimento: outros caminhos da diplomacia. **Carta Internacional**, 2008.

PIRES, Luis Henrique. **A descentralização do poder e a regionalização das soluções como instrumentos de promoção do desenvolvimento local/regional**. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (orgs.) Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Perseu Abramo, 2010. Disponível em: <<https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2021.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Uberlândia é destaque em MG na recepção de turistas estrangeiros**. Uberlândia, 2019a. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2019/09/17/uberlandia-e-destaque-em-mg-na-recepcao-de-turistas-estrangeiros/>>. Acesso em: 19 de out. de 2021.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Prefeitura de Uberlândia integra comitiva do Sebrae na ‘Missão Colômbia’**. Uberlândia, 2019b. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2019/11/18/prefeitura-de-uberlandia-integra-comitiva-do-sebrae-na-missao-colombia/>>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Vem Viver Inovar Investir**. Uberlândia, 2019c. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/Vem-Viver-Inovar-Investir.pdf>>. Acesso em: 02 de out. de 2021.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Plano Municipal de Turismo define novas metas para o setor**. Uberlândia, 2020a. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/01/21/plano-municipal-de-turismo-define-novas-metas-para-o-setor/>>. Acesso: 19 de out. de 2021.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Uberlândia está entre as 35 cidades mais competitivas do Brasil**. Uberlândia, 2020b. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/11/19/uberlandia-esta-entre-as-35-cidades-mais-competitivas-do-brasil/>>. Acesso em 27 de out. de 2021.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Prefeito Odelmo Leão participa de webinar do projeto Inovando Uberlândia**. Uberlândia, 2020c. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2020/12/02/prefeito-odelmo-leao-participa-de-webinar-do-projeto-inovando-uberlandia/>>. Acesso em: 18 de out. de 2021.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Prefeitura de Uberlândia inaugura o Polo Tecnológico Sul**. Uberlândia, 2021a. Disponível em:

<<https://www.uberlandia.mg.gov.br/2021/08/25/prefeitura-de-uberlandia-inaugura-o-polo-tecnologico-sul/>>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA-MG. **Novo Agro**. Uberlândia, 2021b. Disponível em:

<<https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/agronegocio-economia-e-inovacao/novo-agro-2/>>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

RATTON SANCHEZ, Michelle et al. Política externa como política pública: uma análise pela regulamentação constitucional brasileira (1967-1988). Curitiba: **Revista Sociologia Política**, n. 27, p. 125-143, 2006. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/gKCfZnzSZC7kjhJndL8YSmJ/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 01 ago. 2021

ROCHA, William Monteiro. **Paradiplomacia, desenvolvimento e integração regional de cidades amazônicas: desafios e especificidades do estado do Pará**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Disponível em:

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000300059&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SALOMÓN, M.; NUNES, C. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 1, p. 99-147, 2007.

SALOMÓN, Mónica. A dimensão subnacional da política externa brasileira: determinantes, conteúdos e perspectivas. In: PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos (Org.). **Política externa brasileira - As práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

SANDOVAL, Carlos; SILVA LIRA, Iván. **Metodologia para elaboração de estratégias de desenvolvimento local**. Chile: CEPAL, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5520/S1200532_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SANTOS, Clara Maria Faria. **Capacidade jurídica internacional dos municípios**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências,

Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/88767/santos_cmf_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 21 abr. 2021.

SEYFRIED, Mariana Ferreira. **Impactos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Internacionalização de Uberlândia - MG**. 2020. 168 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. DOI

<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.601>. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29951/1/ImpactosObjetivosDesenvolvimento.pdf>>. Acesso em 28 de out. de 2021.

SILVEIRA, Caio. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (orgs.)

Políticas para o desenvolvimento local. São Paulo: Perseu Abramo, 2010. Disponível em:

<<https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf>>.

Acesso em: 06 mai. de 2021.

SIQUEIRA, J. R. P. X. de. **A paradiplomacia como instrumento viabilizador do desenvolvimento local**: estudo de caso a partir da atuação internacional do estado de Pernambuco e da cidade do Recife. 2012. 127f. Dissertação(Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - PPGRI) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SOLDATOS, Panayotis. An Explanatory Framework for the study of federated States as Foreign-policy Actors. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis. (Org.).

Federalism and International Relations: the role of subnation units. New York: Oxford University Press, 1990.

SOMEKH, Nadia. Construção social da cidade: desenvolvimento local e projetos urbanos. In:

DOWBOR, L.; POCHMANN, M. (orgs.) **Políticas para o desenvolvimento local**. São

Paulo: Perseu Abramo, 2010. Disponível em: <[https://dowbor.org/wp-](https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf)

[content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf](https://dowbor.org/wp-content/uploads/2012/06/10PochmannLivroLocalPolíticas-1.pdf)>. Acesso em: 05 mai 2021.

UBERHUB CODE CLUB. **Quem Somos**. Uberlândia, 2020. Disponível em:

<<https://uberhubcode.com.br/#quem-somos>>. Acesso em: 04 de out. de 2021.

UBERHUB. **Uberhub**. Uberlândia, 2018. Disponível em: <<http://www.uberhub.com.br/>>.

Acesso em: 04 de out. de 2021.

UBERLÂNDIA 2100 CODEN. **Ações e Realizações 2016/2018 Coden Uberlândia 2100.** 25 mai. de 2018. Apresentação do Power Point. Disponível em: <<https://cbic.org.br/wp-content/uploads/sites/22/2018/06/2-Apresenta%C3%A7%C3%A3o-Coden-Uberl%C3%A2ndia-29.05.2018.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2021

UBERLÂNDIA 2100 CODEN. **O que é.** 2019. Disponível em: <<https://uberlandia2100.com.br/?p=658>>. Acesso em: 13 de nov. de 2019.

UBERLÂNDIA-MG. Diário Oficial do Município. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2017. Disponível em: <<https://www.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/5272.pdf>>. Acesso em: 28 de out. de 2021.

UBERLÂNDIA-MG. Diário Oficial do Município. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2018a. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/5431.pdf>>. Acesso em: 20 Maio 2020.

UBERLÂNDIA-MG. Diário Oficial do Município. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2018b. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/5531.pdf>>. Acesso em: 05 de out. de 2021.

UBERLÂNDIA-MG. Diário Oficial do Município. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2020a. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/01/5779.pdf>>. Acesso em: 26 Nov 2021.

UBERLÂNDIA-MG. Diário Oficial do Município. **Atos do Poder Executivo - Administração Direta.** Diário Oficial do Município. Uberlândia, 2020b. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/6022.pdf>>. Acesso em: 27 de out. de 2021.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: Estados e municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 62, p. 127-169, 2006a.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: São Paulo e o contexto brasileiro. In: **Primeiro Relatório Científico da Pesquisa Gestão pública e inserção internacional das cidades**. São Paulo: CEDEC/UNESP/PUC SP/FGV - FAPESP, 2006b.

VISITE UBERLÂNDIA. **Uberlândia e Irlanda assinam termo de cooperação**. Uberlândia, 2015. Disponível em: <<http://www.visiteuberlandia.com.br/portal/author/admin/page/3/>>. Acesso em: 25 de out. de 2021.

YAHN FILHO, Armando Gallo. A inserção internacional da cidade de Uberlândia - MG: um processo em evolução. **Brazilian Journal Of International Relations**, Marília, v. 8, n. 1, p.69-96, abr. 2019. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/8120/5717>> Acesso em 20 de setembro de 2019.